



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
São Tomé e Príncipe

A MULHER EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

(III Recenseamento Geral da População e da Habitação de 2001)

Ano de Edição: 2003

CATALOGAÇÃO RECOMENDADA

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
A Mulher em São Tomé e Príncipe, RGPH-2001. -
São Tomé: INE, 2003, - 41 p.

DIRECTOR-GERAL

ALBANO GERMANO DE DEUS
Telefone: 00 239 221 982
E-mail: albano_ine@cstome.net

EDITOR

Instituto Nacional de Estatística,
Largo das Alfândegas, C. P. 256,
Telefone: 00 239 221 313
Fax: 00 239 221 982, São Tomé,
São Tomé e Príncipe

COMPOSIÇÃO

INE, Direcção de Estatísticas
Demográficas e Sociais,
Departamento de Censos e
Inquéritos

IMPRESSÃO

Gráfica de

ESCLARECIMENTO

HELDER SALVATERRA
Telefone: 00 239 223 590
E-mail: helder_ine@cstome.net

EQUIPA TÉCNICA

Autor: **LURDES MARIA PIRES DOS SANTOS**
Revisor: **FREDERICO GUSTAVO DOS ANJOS**
Informático: **EUGÉRIO MONIZ**

(ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO FNUAP E DO BUREAU
DO RECENSEAMENTO - USA)

ÍNDICE

Páginas

INTRODUÇÃO

1-Contexto Nacional

2-Evolução da situação sócio-político-cultural da Mulher Santomense

CAPITULO I – CARACTERIZAÇÃO DEMOGRAFICA

1- Efectivos

1.1 - Estrutura etária

1.2 - Estado civil

1.4 - Fecundidade

CAPITULO II – CARACTERIZAÇÃO SOCIO-ECONOMICA E CONDIÇÕES DE VIDA

2.1 – Educação e alfabetização

2.1.1- Alfabetização

2.1.2 – Analfabetismo

2.1.3 – Escolarização

2.2 – Situação perante a actividade económica

2.2.1 – Mulheres activas à procura do primeiro emprego

2.2.2 – Mulheres inactivas perante a actividade económica

2.2.3 – Mulheres domésticas

CAPITULO III – MULHERES CHEFES DE AGREGADOS FAMILIARES

3.1 - Caracterização Geral

3.1.1 – Tipologia dos agregados familiares chefiados por mulheres

3.1.2 – Características das Mulheres Chefes de Agregados Familiares

3.1.3 – Nível de instrução

3.1.4 – Condição perante a actividade económica

3.1.5 – Principal meio de vida

3.1.6 – Condições de vida dos agregados chefiados por mulheres

3.1.7 – Conforto da habitação

CAPITULO IV - MULHERES MÃES SOLTEIRAS

4.1 – Caracterização sócio – demográfica

4.2 – Laços de parentesco no agregado familiar

4.3 – Nível de instrução e frequência escolar

4.4 – Condição perante a actividade económica

4.5 – Principal meio de vida

CONCLUSÕES

BIBLIOGRAFIA

ANEXOS

Índice das tabelas

- 1.1 – População residente segundo o sexo por meio de residência
- 1.2 – População residente segundo o sexo por grandes grupos etários
- 1.3 – População residente com 12 anos e mais segundo o sexo por estado civil
- 1.4 – População residente segundo o estado civil e sexo, por grupos etários
- 1.5 – População feminina com 12 anos ou mais segundo o estado civil por faixa etária
- 1.6 – População feminina adolescente (12-19 anos) por distritos
- 1.7 – Mulheres com 40 ou mais anos que tiveram um nascimento nos 12 últimos meses por distrito de residência
- 1.8 – População feminina com 35 anos ou mais não solteiras que nunca tiveram filhos, por faixa etária
- 1.9 – População feminina segundo o estado civil e o número de filhos nascidos vivos
- 1.10 – Taxa de fecundidade por grupos etários e distritos
- 2.11 – População residente com 5 anos ou mais por sexo e meio de residência, segundo a frequência escolar
- 2.12 – População empregada com 10 anos ou mais segundo o sexo, por ramo de actividade económica (2001)
- 2.13 – População empregada com 10 anos ou mais segundo o sexo, por situação na profissão
- 2.14 – População activa empregada por grupos de profissões segundo o sexo
- 2.15 – Mulheres activas a procura do primeiro emprego por nível de instrução, segundo a faixa etária
- 2.16 – População feminina inactiva segundo os grupos etários, por distritos
- 2.17 – População residente com 10 anos ou mais, doméstica segundo o sexo, por grupos etários
- 2.18 - Domésticos/as inactivos/as por nível de instrução, segundo o sexo
- 3.19 – Distribuição dos chefes de agregado familiar por sexo, segundo o meio de residência
- 3.20 – Agregados familiares por sexo do chefe, segundo o distrito de residência
- 3.21 – Agregados familiares segundo a idade média do chefe, o número médio de crianças de menos de 15 anos, o número médio de pessoas de 15-65 anos e o número médio de pessoas maiores de 65 anos, por meio de residência e sexo do chefe
- 3.22 – Agregados familiares (AF) segundo o sexo do chefe, a população residente e o número médio de pessoas por AF, por tipologia do AF
- 3.23 – Chefes de agregado familiar por sexo, segundo o grupo etário
- 3.24 – Mulheres chefes de agregado familiar por nível de instrução, segundo os grupos etários
- 3.25 – Distribuição dos chefes de agregado familiar por condição perante o trabalho, segundo o sexo
- 3.26 – Distribuição dos chefes de agregado familiar por principal meio de vida, segundo o sexo e o meio de residência
- 3.27 – Distribuição dos agregados familiares chefiados por mulheres por condições de vida, segundo o meio de residência

- 3.28 – Distribuição dos agregados familiares chefiados por mulheres por conforto da habitação, segundo o meio de residência
- 3.29 – Nível de conforto dos Agregados Familiares por sexo e meio de residência
- 4.30 – População das mulheres solteiras de 12 anos ou mais com pelo menos um filho ainda vivo, por meio de residência
- 4.31 – População das mulheres solteiras de 12 anos de idade ou mais com pelo menos um filho ainda vivo, por grupos etários, segundo o distrito de residência
- 4.32 – População das mulheres solteiras de 12 anos de idade ou mais com pelo menos um filho ainda vivo, por tipologia dos agregados familiares, segundo o laço de parentesco com o chefe do AF
- 4.33 – População das mulheres solteiras de 12 anos ou mais de idade com pelo menos um filho vivo, por nível de instrução, segundo o meio de residência
- 4.34 – Distribuição das mães solteiras de 12 anos ou mais de idade com pelo menos um filho ainda vivo, segundo a condição perante a actividade económica
- 4.35 – Distribuição das mães solteiras de 12 anos ou mais de idade por situação na profissão
- 4.36 – Distribuição das mães solteiras de 12 anos ou mais de idade por principal meio de vida.

Índice dos gráficos

- 1.1 - Relação entre os sexos por distrito (%)
- 1.2 - Taxas de crescimento demográfico no período 1991 – 2001
- 1.3a - Estrutura etária da população total, por grandes grupos etários (2001)
- 1.3b – Estrutura etária da população feminina (2001)
- 1.4 - Adolescentes não solteiras (2001)
- 1.5 - População feminina adolescente (2001)
- 1.6 - Mulheres com 50 anos e mais, sem filhos vivos, por distrito (2001)
- 2.7 - Taxa de alfabetização (100 %) por grupos etários e sexo, segundo o meio de residência
- 2.8 - População residente de 5 anos e mais alfabetizada, por distrito
- 2.9 - Taxa de analfabetismo por sexo e grupo etário
- 2.10 – Distribuição territorial das mulheres analfabetas (2001)
- 2.11 - Proporção das mulheres analfabetas por grupo etário (2001)
- 2.12 – População residente com 5 anos ou mais, segundo a frequência escolar
- 2.13 – População activa e inactiva, por meio de residência
- 2.14 – População empregada, segundo o ramo de actividade económica
- 2.15 – População empregada com 10 anos ou mais por situação na profissão
- 2.16 – População inactiva com 15 anos ou mais, por meio de residência
- 2.17 – Domésticos/as inactivos/as, segundo o nível de instrução
- 3.18 – Agregados familiares por sexo do chefe (2001)
- 3.19 – Agregados familiares por sexo do chefe, segundo o distrito de residência
- 3.20 – Agregados familiares segundo o número de pessoas <15 anos > 65 anos)
- 3.21 - Chefes de agregado familiar segundo o estado civil
- 3.22 – Chefes de agregado familiar, segundo o grupo etário
- 3.23 – Nível de instrução das mulheres chefes de agregado familiar
- 3.24 – Distribuição dos chefes de agregado familiar perante o trabalho
- 4.25 - Mães solteiras de 12 anos ou mais com pelo menos um filho ainda vivo
- 4.26 – Mães solteiras de 12 anos e mais com pelo menos um filho vivo, por distrito
- 4.27 – Mulheres solteiras de 12 anos e mais com pelo menos 1 filho vivo, em relação ao

total das mulheres solteiras de cada distrito

4.28 – Mães solteiras de 12 anos ou mais com pelo menos um filho ainda vivo, segundo o distrito de residência

4.29 – Mães solteiras de 12 anos ou mais com pelo menos um filho ainda vivo, segundo o meio de residência

INTRODUÇÃO

Os Recenseamentos Gerais da População e da Habitação (RGPH), operações estatísticas realizadas em intervalos regulares, constituem meios privilegiados de recolha de informação sobre o número de pessoas num determinado território, a sua distribuição espacial, as suas características sócio-económicas, entre outras.

A planificação do desenvolvimento exige cada vez mais dados, dados esses que devem ser desagregados por sexo, de forma a se ter em conta as necessidades e especificidades tanto das mulheres como dos homens.

A contribuição que as mulheres vêm dando no processo de desenvolvimento é muitas vezes subestimada, tendo em conta que variadíssimos estudos e relatórios tratam a população como neutra e assim, são escamoteadas as diferenças entre a situação dos homens e a das mulheres em vários domínios da vida política, sócio-económica e cultural do país.

Neste contexto, nas sucessivas Conferências Internacionais sobre a Mulher realizadas, de México em 1975 a Beijing em 1995, foi sempre reiterada a questão relativa à preparação e difusão de estatísticas e indicadores que reflectam a situação das mulheres, para que elas possam ser tidas em conta nos processos de planificação, programação e avaliação nacionais.

O objectivo do presente relatório é o de analisar, à luz dos resultados obtidos no RGPH de 2001, a situação actual da mulher de S. Tomé e Príncipe, no que se refere aos aspectos demográfico, sócio-económico e familiar, e, sempre que possível, comparar com os dados do RGPH de 1991.

A análise será feita a nível nacional, por meio de residência e por distrito, e utilizando a abordagem do género, ou seja, fazendo ressaltar as diferentes realidades sobre a situação e a condição de vida das mulheres e dos homens, comparando-as entre si e analisando as suas interacções.

No primeiro capítulo será analisada a situação demográfica da mulher de S. Tomé e Príncipe em termos de efectivos, estado civil e fecundidade.

O segundo capítulo versará sobre a situação sócio-económica da mulher, no âmbito da qual serão analisadas as questões relativas à alfabetização e actividade económica.

O terceiro capítulo analisará as características demográficas, sócio-económicas e a condição de vida das mulheres chefes de agregados familiares.

Finalmente, o quarto capítulo debruçar-se-á sobre as principais características sócio-económicas das mulheres mães solteiras.

É evidente que este relatório não tem a pretensão de abarcar todos os aspectos atinentes à problemática da mulher, mas apenas aqueles que foram passíveis de analisar a partir dos dados recolhidos durante o recenseamento.

1. CONTEXTO NACIONAL

S. Tomé e Príncipe é um arquipélago de 1001 km², constituído por duas ilhas e vários ilhéus, nomeadamente: a ilha de S. Tomé, com 859 km²; a ilha do Príncipe, com aproximadamente 142 km² e 4 ilhéus, dos quais apenas o das Rolas é habitado.

Situado sobre o Equador, no golfo da Guiné, o arquipélago dista da costa africana cerca de 300 km. A ilha do Príncipe situa-se, aproximadamente, a 160 km a Nordeste da Ilha de S. Tomé.

O arquipélago é de origem vulcânica, com relevo muito acidentado, em que os pontos mais altos são o Pico de S. Tomé, na ilha do mesmo nome, com 2.024m de altitude e o Pico do Príncipe, na ilha do Príncipe, com 948 m.

A cultura santomense, entenda-se de S. Tomé e do Príncipe, é caracterizada por uma forte miscigenação, resultante da mistura, ao longo de séculos, de influências de origem portuguesa e de povos do continente africano, donde recebeu grande quantidade de emigrantes. Na cultura santomense permanecem, até hoje, fortes traços de misticismo, que se revelam através de manifestações folclóricas como o Tchiloli, o Auto de Floripes, a Puita, entre outras.

Em S. Tomé e Príncipe distinguem-se três grupos populacionais, a saber: os fôrros e os angolares, na ilha de S. Tomé, e os minuíé, naturais da ilha do Príncipe. Estes grupos apresentam características específicas de língua e práticas sócio-culturais. A título de exemplo, entre os angolares a infertilidade é exclusivamente atribuída ao homem, pelo que a rapariga é retirada da união, caso não surja uma gravidez; ao contrário, entre os fôrros a infertilidade é sempre atribuída à mulher.

A população é maioritariamente cristã, sendo a religião católica a predominante (70,3% em 2001)¹. Mas a prática de cultos tradicionais animistas e místicas, semelhantes aos praticados no continente africano e mesmo no americano, é frequente nas populações das ilhas.

Entretanto, devido a ineficácia na transmissão de valores culturais, morais e éticos, a influência de factores sócio-culturais exógenos e as rápidas transformações sociais, políticas e económicas que têm ocorrido no país, vem-se assistindo a uma degradação acentuada desses valores com todas as consequências daí decorrentes.

As condições socio-económicas do país têm vindo a degradar-se paulatinamente. A economia depara-se com vários problemas, entre os quais: inflação elevada, elevados custos dos factores de produção, excessiva dependência da ajuda externa e da importação de bens alimentares, insuficiência de infra-estruturas socio-económicas, êxodo rural, grande dívida externa, entre outros.

De acordo com o estudo sobre o "Perfil da Pobreza em São Tomé e Príncipe"², a pobreza afecta 53,8% da população total do país, no seio da qual as famílias chefiadas por mulheres constituem a maioria, ou seja, 55,7%. A extrema pobreza atinge cerca de 15% da população santomense.

¹ Fonte: RGPH 2001

² PNUD, BAD, BIT, "Perfil da Pobreza em S. Tomé e Príncipe", Novembro de 2000 a Fevereiro de 2001

Desde 1987 que o país vem aplicando um Programa de Ajustamento Estrutural (PAE) com os parceiros de desenvolvimento, nomeadamente, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Africano de Desenvolvimento.

Vários PAE foram aplicados, mas no ano de 2000 a situação económica do país continuava muito difícil, apesar de se ter conseguido alguns resultados no domínio do saneamento económico e financeiro, assegurando assim as condições para negociar com os parceiros bilaterais e multilaterais a questão da dívida externa e da sua sustentabilidade.

Assim, em 2001, S. Tomé e Príncipe conseguiu situar-se como país com condições para integrar o grupo de países eleitos no quadro da iniciativa HIPC (Países Pobres Altamente Endividados), para beneficiar do perdão de uma parte significativa da sua dívida externa. Os fundos provenientes desse perdão deverão ser investidos em infra-estruturas sociais e na criação de alternativas de luta contra a pobreza.

Hoje, com a exploração do petróleo à vista, pretende-se que os recursos daí provenientes possam vir a ser investidos de forma a melhorar a situação social e económica actual.

2. EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO SÓCIO-POLÍTICO-CULTURAL DA MULHER SANTOMENSE

S. Tomé e Príncipe ascendeu à independência em 1975, Ano Internacional da Mulher. Antes desta data as mulheres estavam, na sua maioria, circunscritas ao ambiente doméstico, com uma fraca participação na vida sócio-política e económica das ilhas, apesar de algumas trabalharem nas empresas agrícolas.

Após a independência, graças à vontade dos poderes públicos e ao contexto internacional do "Decénio das Nações Unidas sobre a Mulher 1976-1985", começaram-se a verificar mudanças significativas na situação da mulher em S. Tomé e Príncipe, sobretudo ao nível legislativo.

Assim, os textos legais existentes em S. Tomé e Príncipe, entre os quais se destaca a Constituição Política (Lei n.º 7/90), proclamam a igualdade entre os cidadãos de ambos os sexos, ou seja, entre o homem e a mulher. A Constituição estipula no seu artigo 2.º que "A mulher é igual ao homem em direitos e deveres, sendo-lhe assegurada plena participação na vida política, económica, social e cultural". Outro exemplo verifica-se na Lei das Condições Individuais do Trabalho (Lei n.º 6/92), que garante às mulheres em relação aos homens, a igualdade de oportunidades, de tratamento e de acesso ao trabalho e ao emprego, bem como à formação e à promoção na carreira profissional.

A Lei da Família (Lei n.º 2/77) considera pela primeira vez o estatuto da mulher e da criança, conferindo um estatuto equivalente ao casamento e à união de facto, desde que esta seja exclusiva e esteja legalizada. Assim, todos os filhos nascidos fora do casamento têm os mesmos direitos que os outros, cujos pais são casados. Entretanto, tendo em conta que esta lei foi adoptada num contexto político, económico e social nacional e internacional diferentes, ela necessita de ser revista e actualizada.

A Lei da Segurança Social (Lei n.º 1/90) prevê uma medida de discriminação positiva, ao fixar em 57 anos a idade de reforma para as mulheres e 62 para os homens, e também permite que os/as trabalhadores/as independentes beneficiem de prestações de segurança social, desde que cotizem regularmente.

No entanto, apesar da existência de um quadro legal que favorece a sua plena participação, vários são os constrangimentos que limitam essa participação, entre os quais se destacam:

- a existência de estereótipos que conferem superioridade masculina;
- a educação e socialização sexistas;
- a baixa escolarização e o fraco nível cultural e de qualificação técnica profissional;
- a imagem que a mulher tem de si própria, não creditando nas suas próprias capacidades e nas de outras mulheres;
- a falta de estímulo e apoio da família, entre outros aspectos.

Durante a 1ª República, a OMSTEP – Organização da Mulher de S. Tomé e Príncipe - braço feminino do MLSTP, chamou à si a responsabilidade de sensibilizar e mobilizar as mulheres a fim de participarem no processo de reconstrução do País.

Com o advento da democracia, essa organização deixou de existir como a única aglutinadora de todas as mulheres, embora continuasse a existir como um departamento do seu partido. Assim, em 1992, o Governo criou, através do decreto n.º 43/92 o Gabinete de Promoção da Mulher e da Família, como quadro institucional da Mulher. Este Gabinete, que está sob a tutela directa da Primeira-Ministra, tem como objectivo principal, “o estudo e análise da Condição Feminina, visando a promoção da igualdade de direito e de oportunidades, assim como a intervenção em todas as áreas com incidência na situação das mulheres e da família”.

Também em 1992, como apoio do PNUD e da UNIFEM, foi elaborado um “Plano de Acção para a Integração da Mulher Santomense no Desenvolvimento”. Este documento, que foi precedido de um estudo sobre a situação da mulher em S. Tomé e Príncipe, visava melhorar a sua participação como agente e beneficiária em todos os domínios do desenvolvimento do país, mas nunca chegou a ser implementado por diversas razões.

Após a realização da Conferência de Beijing, foi criada pelo governo uma comissão nacional, encarregue da implementação da Plataforma de Acção. Esta comissão, conjuntamente com um grupo de mulheres de boa vontade e de várias sensibilidades políticas e pertencentes a vários estratos sociais, preparou e realizou o “I Fórum da Mulher Santomense” em Fevereiro de 1996.

Nesse Fórum, foi adoptada a “Plataforma de Acção da Mulher Santomense”, com áreas críticas e respectivos objectivos estratégicos e recomendações, que permitem “atingir um desenvolvimento sustentado baseado na igualdade entre os sexos”³. Infelizmente, essa Plataforma, que só viria a ser aprovada pelo Governo por uma Resolução Interna do Primeiro-Ministro em Novembro de 1998, também não foi implementada como um

³ Comissão Nacional de Implementação, “Plataforma de Acção, I Fórum da Mulher Santomense”, Fevereiro de 1996, pag 22.

todo, embora algumas acções previstas tenham sido ou estão a ser implementadas por ONG.

Aproveitando a dinâmica gerada com a preparação e realização do I Fórum, algum tempo depois, foi criado o Fórum das Mulheres de S. Tomé e Príncipe, uma agremiação das ONG femininas e pessoas singulares, que visava ser um órgão consultivo do quadro institucional da mulher e acompanhar a implementação da Plataforma de Acção, entre outros.

Outro aspecto a realçar, é que depois da Conferência de Beijing foram surgindo várias Associações e ONG nacionais que trabalham no domínio da mulher, entre as quais se destacam o Instituto Mutendê, a Associação das Mulheres Empresárias e Profissionais de S. Tomé e Príncipe, a Associação Pró-Família, a Associação Santomense para o Progresso Familiar e o Centro Josina Machel, entre outras. Umas mais activas do que outras, mas todas enfrentando um problema comum: a falta de financiamento para a execução do seu plano de acção.

A participação das mulheres na tomada de decisões e na partilha de poderes conheceu uma melhoria, sobretudo ao nível do poder executivo, tendo-se dado passos significativos na participação da mulher na chefia de órgãos de soberania. Essa participação pode ser resumida da seguinte maneira:

- No Governo 5 Mulheres, uma das quais Primeira-Ministra
- No Parlamento 3 Deputadas eleitas entre 55 deputados
- Nos Tribunais 5 Mulheres, uma das quais Presidente do Supremo Tribunal de Justiça
- Na Diplomacia 1 Embaixadora
- Nas Autarquias 1 Presidente de Câmara Distrital
- No sector financeiro 1 Governadora do Banco Central

Também existe alguma presença feminina na chefia de alguns sectores estratégicos como as Alfândegas e a Comunicação Social, entre outros. No entanto, muito resta ainda a fazer para que exista uma verdadeira igualdade e equidade de género em S. Tomé e Príncipe.

CAPITULO I CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA

1. Efectivos

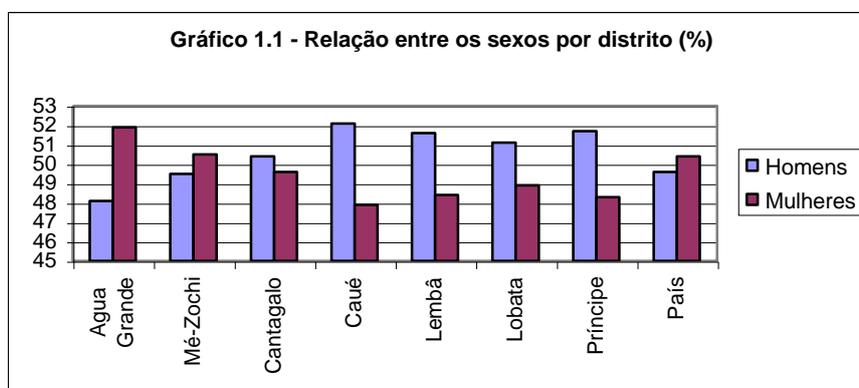
O efectivo da população santomense registado no III Recenseamento Geral da População e da Habitação (RGPH) foi de 137 599 habitantes, com um certo equilíbrio da relação entre os sexos, mas em que o peso das mulheres é, a nível do conjunto do país, ligeiramente superior a 50% (tabela 1.1).

Tabela 1.1 - População residente segundo o sexo por meio de residência

Meio de Residência	Total		Homens	Mulheres
	Efectivo	%	%	%
Total	137 599	100,0	49,6	50,4
Urbano	75 013	100,0	48,6	51,4
Rural	62 586	100,0	50,8	49,2

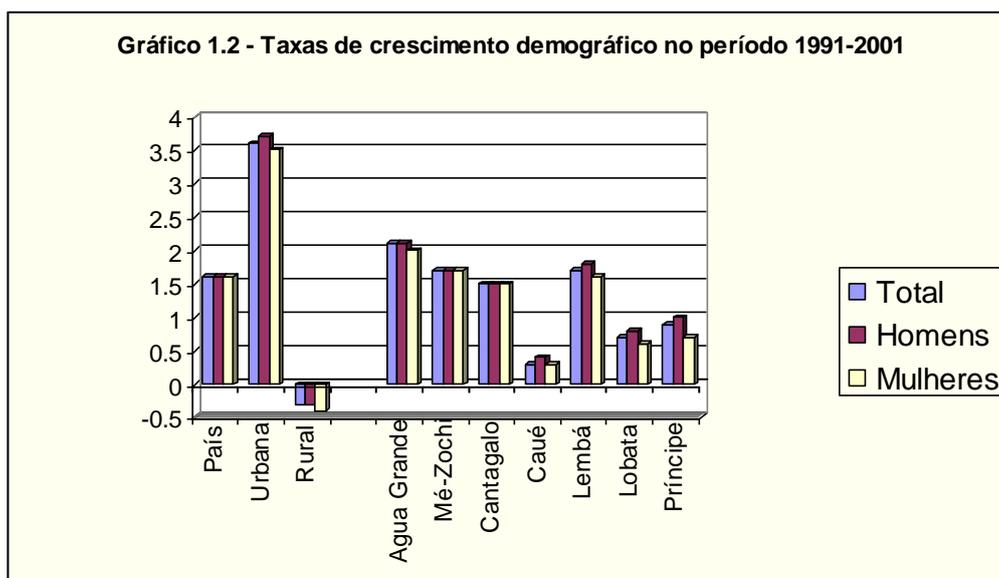
No que se refere ao meio de residência, constata-se que esta superioridade feminina é acentuada ao nível urbano, com 51,4%, ao contrário do que sucede no meio rural, onde o peso das mulheres (49,2%) é inferior ao dos homens. De realçar que S. Tomé e Príncipe é um país essencialmente agrícola e contrariamente ao que se passa na maioria dos países do continente africano, tradicionalmente são os homens que mais trabalham a terra, embora as mulheres os apoiem nesta tarefa, estando por isso mais concentrados nas zonas rurais. As mulheres, por sua vez, tendem a estar mais concentradas em actividades ligadas ao comércio informal nos centros urbanos.⁴

No que se refere à distribuição espacial por distritos (gráfico 1.1 e anexo A.1), apenas em Agua Grande e Mé-Zochi, onde se encontram os maiores centros urbanos (cidades de S. Tomé e da Trindade), verifica-se essa ligeira superioridade de efectivos femininos em relação aos masculinos. Nos restantes distritos e no Príncipe, que têm características mais rurais, a população feminina é menor, o que se deve sobretudo aos tipos de actividade económica predominante nos mesmos, ou seja a agricultura e a pesca, que são actividades mais exercidas pelos homens. Outra hipótese também a considerar tem a ver com as migrações; os maridos emigram para o exterior e as mulheres vêm para as áreas urbanas a procura de melhores condições e oportunidades, dedicando-se à prática de diversas actividades comerciais.



⁴ Ministério do Planeamento e Finanças, Diagnóstico da Situação da População e Género em S. Tomé e Príncipe, Volume III, Capítulo VI – A Mulher em S. Tomé e Príncipe, pág. 2.

Comparando os resultados dos dois últimos recenseamentos realizados no país (Gráfico 1.2 e anexo A.2), constata-se que entre 1991 e 2001 a taxa de crescimento médio anual foi de 1,6%, sendo igual para ambos os sexos a nível nacional. Mas este crescimento foi muito diferente entre o espaço urbano e o rural; na realidade a população urbana conheceu neste período um ritmo de crescimento superior a 3%, enquanto a rural conheceu um crescimento negativo. No meio de residência urbano a população feminina cresceu menos que a masculina, o que pode indicar uma tendência para um maior equilíbrio entre os sexos nestas áreas. Contudo, ao comparar os dados dos recenseamentos de 1991⁵ e 2001, constata-se que do período 81-91 para o período 91-2001, a taxa de crescimento da população urbana feminina passou de 2,9% para 3,5%, enquanto que, relativamente à população feminina rural, houve uma diminuição significativa de 1,0% para -0,4%. As causas para essa marcante emigração feminina das zonas rurais para as urbanas, como foi atrás explicado, têm a ver com o tipo de actividade a que as mulheres mais se dedicam. É de realçar que o comércio informal cresceu muito nos últimos tempos, sobretudo nos centros urbanos (comercialização de fardos e outros artigos) e é essencialmente dominado por mulheres. A pobreza que afecta o meio rural é grande e há carências de todo o tipo. Assim, o êxodo rural é um fenómeno que tende a ganhar cada vez maiores proporções, e deve ser tomado em consideração pelas autoridades de forma a se encontrar meios de o conter.



Relativamente aos distritos (gráfico 1.2), podem distinguir-se 3 grupos, no que se refere ao crescimento: o primeiro grupo compreende apenas o distrito de Agua Grande, o único onde a taxa de crescimento é igual ou superior a 2%; no segundo grupo a taxa de crescimento é igual ou superior a 1,5%, mas inferior a 2% (distritos de Mé-Zochi, Lembá e Cantagalo, apesar deste último apresentar a taxa de crescimento de mulheres inferior a 1,5%); e finalmente o último grupo com taxas inferiores a 1% (distritos de Caué, Lobata e Príncipe).

⁵ Análise dos dados do II Recenseamento da População e da Habitação de 1991. Volume III. Características Demográficas e Socio-económicas da População Feminina de S. Tomé e Príncipe, pág. 16.

De destacar que no Príncipe o facto da taxa de crescimento masculino ter atingido 1% pode estar relacionado com a construção e reparação de infra-estruturas (estádio de futebol, bloco de apartamentos, Paços do Concelho, etc.) nos últimos anos naquela região, o que requer mão-de-obra masculina. Como se sabe, o sector de construção civil é maioritariamente dominado por mão-de-obra masculina.

Nos três grupos acima mencionados, a população feminina cresceu menos que a masculina e várias podem ser as causas, entre as quais uma imigração masculina considerável, sobretudo da população estrangeira, nomeadamente nigerianos e outros, que se têm instalado predominantemente nos centros urbanos, onde se dedicam ao comércio, assim como uma possível diminuição da emigração masculina, devido às restrições internacionais.

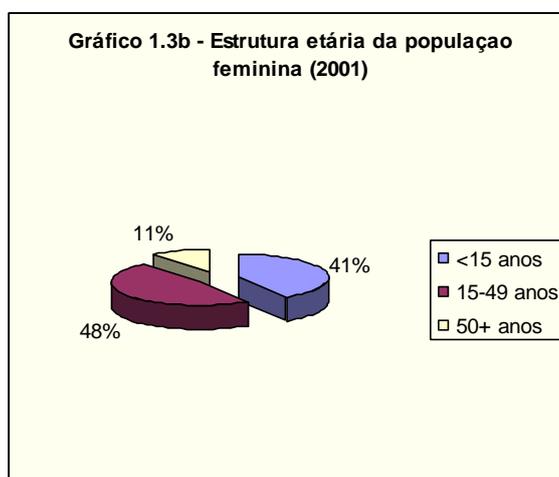
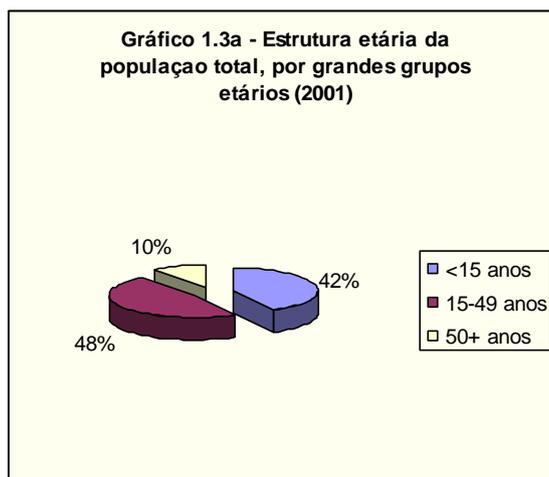
1.1. Estrutura etária

A população santomense é muito jovem, pois 42% têm menos de 15 anos e as pessoas com mais de 60 anos são apenas um pouco mais de 6%. Esta situação é semelhante para os dois sexos, embora as mulheres tenham um peso inferior ao dos homens no grupo etário dos de menos de 15 anos (tabela 1.2).

À mesma idade, os homens apresentam geralmente um risco de morrer superior às mulheres.⁶ Assim, a partir dos 15 anos, verifica-se que para os grupos etários dos 15-49 anos e seguintes, a proporção de mulheres é superior à dos homens, o que também pode ser devido à emigração masculina para o exterior proveniente destes grupos etários. Deve notar-se que no país, cerca de metade da população feminina (48%) encontra-se no grupo etário de idade reprodutiva (gráfico 1.3b), o que revela um forte potencial de reprodução. O “peso” das mulheres nesta idade, associado a uma taxa de fecundidade considerada alta, deverá merecer uma atenção especial das autoridades, no âmbito da política de população e também na definição de políticas sectoriais de educação e saúde, entre outros.

	População		Homens	Mulheres
	Total	%	%	%
Total	137 599	100,0	49,6	50,4
Menores de 15 anos	57 874	100,0	50,9	49,1
15 - 49 anos	65 604	100,0	49,0	51,0
50 - 59 anos	5 482	100,0	46,7	53,3
60 anos e mais	8 639	100,0	47,0	53,0

⁶ VANDESCHRIK. CH. Analyse Démographique, Population et Développement, L'Harmattan, Academia CIDEP, p. 19



1.2. Estado civil

A tabela 1.3 resume um conjunto de dados sobre o estado civil da população com mais de 12 anos por ocasião do RGPH de 2001. Assim, verifica-se que a população solteira representa cerca de 53 % do total, havendo proporcionalmente menos mulheres solteiras (49,3%) do que homens (56,2%), o que pode ser explicado por uma maior precocidade de casamentos/uniões por parte da mulher.

Tabela 1.3 - População residente com 12 anos ou mais segundo o sexo por estado civil

Estado civil	Total		Masculino		Feminino	
	Total	%	Total	%	Total	%
Total	90 470	100,0	44 266	100,0	46 202	100,0
Solteiro(a)	47 683	52,7	24 887	56,2	22 796	49,3
Casado(a)	4 352	4,8	2 130	4,8	2 222	4,8
União de facto	35 804	39,6	16 616	37,5	19 188	41,5
Divorciado(a)	98	0,1	33	0,1	65	0,1
Separado(a)	1 697	1,9	430	1,0	1 267	2,7
Viúvo(a)	836	0,9	172	0,4	664	1,4

À semelhança da situação prevalecente em 1991⁷, o tipo de relação predominante é a união de facto, encontrando-se cerca de 54 % das mulheres nesta situação. Sabe-se que em S. Tomé e Príncipe a grande maioria das uniões de facto não estão legalizadas e a Lei da Família, que data de 1977, não contempla articulados que protejam a mulher que se encontre numa situação de união de facto não declarada, após a morte do cônjuge. Segundo informações dos serviços do Registo Civil, só após a morte de um dos cônjuges surge o interesse por essa legalização, para efeitos de herança e recepção da pensão de sobrevivência.

De realçar que tanto em relação aos casados/as como aos divorciados/as não existem diferenças significativas entre os dois sexos. Mas, no que se refere aos separados/as, a proporção de mulheres é maior. Tradicionalmente, após uma certa idade, as mulheres separam-se definitivamente e decidem permanecer sem companheiro, enquanto que os homens têm tendência em se unir de novo. Deve-se também destacar que, na maioria dos casos, as mulheres viúvas ou divorciadas que vivam em união de facto, declaram sempre o seu estado civil anterior, como forma de manterem um certo estatuto social.

Uma análise à tabela 1.4 sobre o estado civil da população por grupos etários, permite comparar a situação matrimonial entre os dois sexos e por grupos etários e verifica-se que já no grupo etário dos 12-14 anos, existem tantos homens como mulheres em união de facto, apesar de representarem uma percentagem muito pequena (0,4 %).

Nas idades compreendidas entre os 15-19 anos, as diferenças mais significativas entre os dois sexos encontram-se nas categorias solteiro(a) e união de facto, constatando que nesta última, a proporção de mulheres é cerca de 8 vezes superior à dos homens, o que permite afirmar que as raparigas casam-se ou juntam-se aos parceiros, muito mais cedo que os rapazes. Esta situação é em parte devida à prevalência de alguns factores culturais (em algumas localidades do país, sobretudo entre os angolares, as filhas ainda adolescentes são entregues para união) e também ao agravamento da situação sócio-económica do país.

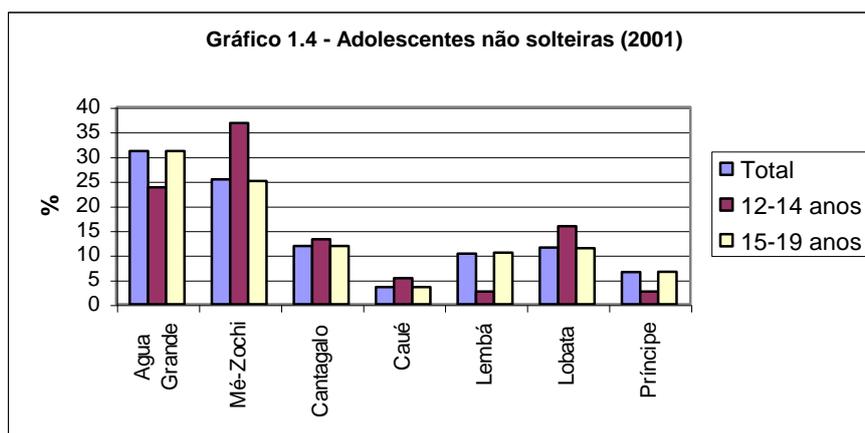
A Lei da Família estabelece, como idade mínima para contrair matrimónio, os 18 anos, mas, excepcionalmente, esta idade pode ser reduzida até aos 14 anos para as mulheres e 16 anos para os homens. Este articulado da lei, associado à prevalência de alguns aspectos culturais constituem factores de discriminação da mulher, uma das causas de instabilidade familiar e também um bloqueio à sua participação enquanto cidadã no desenvolvimento do País.

Quanto aos solteiros, verifica-se que a partir do grupo dos 30-39 anos, a proporção de mulheres começa a ser superior à dos homens, enquanto que para a união de facto a tendência é inversa. Verifica-se também que a partir dos 50 anos há menos mulheres casadas e em união de facto, enquanto que a sua proporção aumenta nas categorias "separada, divorciada e viúva".

⁷ Ver: Análise dos dados do II Recenseamento da População e da Habitação de 1991. Volume III. Características Demográficas e Socio-económicas da População Feminina de S. Tomé e Príncipe, pág. 41.

Grupos etários	Solteiro(a)		Casado(a)		União de Facto		Separado(a)		Divorciado(a)		Viúvo	
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	
	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem
12-14	99,6	99,6	-	-	0,4	0,4	-	-	-	-	-	-
15-19	97,5	80,0	0,03	0,3	2,3	19,1	0,1	0,6	-	-	0,02	-
20-29	55,8	34,7	2,5	4,6	41,1	58,6	0,6	2,0	0,02	0,0	0,02	0,09
30-39	19,8	22,5	7,3	6,9	71,7	67,2	1,1	3,0	0,04	0,08	0,04	0,3
40-49	16,7	17,6	10,9	9,7	70,4	58,6	6,7	4,1	0,2	0,5	0,2	0,9
50-59	21,5	34,2	12,8	10,3	62,0	44,6	2,6	7,3	0,3	0,4	0,8	3,2
60 +	35,5	51,8	14,1	7,2	44,8	22,7	3,4	7,1	0,2	0,5	3,4	10,8

Em relação às adolescentes não solteiras (gráfico 1.4 e anexo A.5), verifica-se que elas estão mais concentradas nos distritos de Água Grande (31,1 %) e Mé-Zochi (25,3 %) e menos em Caué (3,5 %). No que se refere ao grupo etário dos 12-14 anos, o distrito de Mé-Zochi ultrapassa o de Água Grande em mais de 11 %. Os distritos de Cantagalo, Lembá e Lobata apresentam valores superiores a 10 %, mas inferiores a 15 %, enquanto que no Príncipe não chegam a 7 %.



Ao analisar-se a tabela 1.5 sobre o estado civil da população feminina a partir dos 12 anos, constata-se que já no grupo etário dos 12-14 anos, existe 0,7 % de adolescentes em união de facto e no grupo dos 15-19 anos estão 0,3 % casadas, 19% em união de facto e 0,6 % separadas. Como as uniões e casamentos são muito precoces é maior a tendência para as separações, que começam a aumentar progressivamente a partir dos 15-19 anos, o que significa que desde muito cedo as mulheres começam a assumir a responsabilidade de chefia do lar sozinhas.

A proporção de solteiras diminui progressivamente a partir dos 12 anos até aos 40 anos, o que está em relação inversa com a união de facto que começa a diminuir também a partir dos 40 anos. Como foi dito atrás, a partir de uma certa idade, quando os filhos já estão crescidos, tendo em conta o seu percurso de vida às vezes muito sacrificada, as mulheres preferem ficar sozinhas, ou seja, sem companheiro.

Tabela 1.5 - População feminina com 12 anos ou mais segundo estado civil por faixa etária

Idade da Mulher	Total		Solteira		Casada		União-facto		Divorciada		Separada		Viúva	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Total Mulheres	46 202	100,0	22 796	49,3	2 222	4,8	19 188	41,5	65	0,1	1 267	2,7	664	1,4
12-14	5 274	100,0	5 236	99,3	-	-	38	0,7	-	-	-	-	-	-
15-19	8 699	100,0	6 963	80,0	23	0,3	1 665	19,1	-	-	48	0,6	-	-
20-24	7 173	100,0	2 982	41,6	238	3,3	3 828	53,4	-	-	120	1,7	5	0,1
25-29	4 928	100,0	1 216	24,7	313	6,4	3 266	66,3	1	0,0	126	2,6	6	0,1
30-34	3 996	100,0	876	21,9	271	6,8	2 725	68,2	1	0,0	114	2,9	9	0,2
35-39	3 556	100,0	825	23,2	253	7,1	2 348	66,0	5	0,1	113	3,2	12	0,3
40-44	2 939	100,0	746	25,4	252	8,6	1 794	61,0	13	0,4	114	3,9	20	0,7
45-49	2 139	100,0	583	27,3	241	11,3	1 183	55,3	11	0,5	96	4,5	25	1,2
50-54	1 629	100,0	515	31,6	170	10,4	778	47,8	6	0,4	116	7,1	44	2,7
55-59	1 291	100,0	483	37,4	131	10,1	526	40,7	5	0,4	97	7,5	49	3,8
60-64	1 431	100,0	639	44,7	135	9,4	434	30,3	9	0,6	105	7,3	109	7,6
65+	3 147	100,0	1 732	55,0	195	6,2	603	19,2	14	0,4	218	6,9	385	12,2

1.3. Fecundidade

Apesar da fecundidade ser objecto de análise num tema independente, torna-se necessário fazer uma breve abordagem de alguns aspectos específicos dessa variável ligada à saúde reprodutiva das mulheres.

As adolescentes de idade compreendida entre os 12-19 anos representam um peso de mais de 6 % da população total. No que se refere à sua distribuição espacial, 47 % das adolescentes encontram-se no distrito de Água Grande, que em conjunto com o distrito de Mé-Zochi concentram 71,9 % das adolescentes do país. Os restantes 4 distritos e a região do Príncipe nunca atingem, cada um, os 10%, com especial realce para o de Caué, com menos de 3% (anexo A.6)

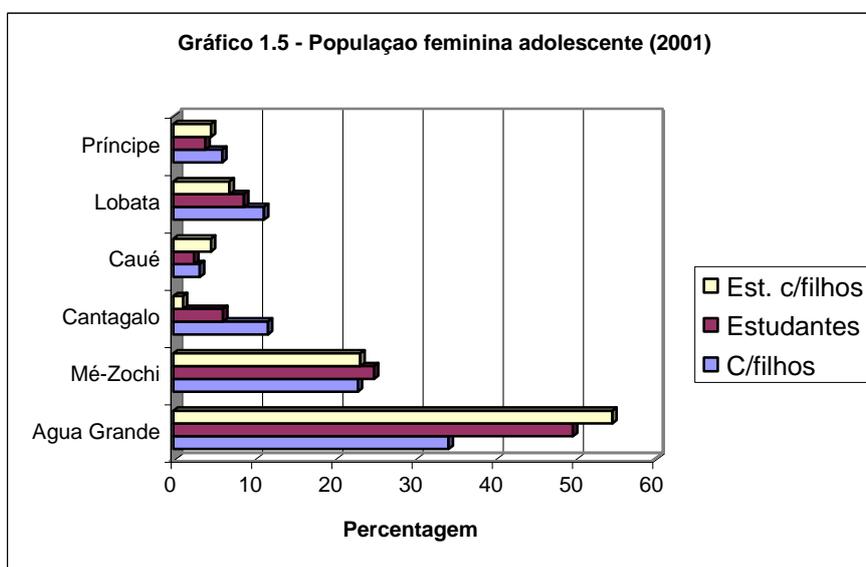
A situação atrás descrita repete-se quando se analisa o peso com filhos, estudantes e estudantes com filhos, por distritos (tabela 1.6 e gráfico 1.5). Isto talvez possa ser explicado pelo facto de a capital do país se situar em Água Grande e ser onde se encontra situado o único liceu do país, bem como as instituições de ensino superior (ISP e IUCAI), por um lado, e os centros para formação profissional, como o Centro Politécnico, escolas de informática, entre outros, por outro lado.

Assim, nesse distrito cerca de 50% das adolescentes são estudantes e mais de 54 % são estudantes com filhos. Apesar da implementação de programas ligados à saúde reprodutiva dos adolescentes, continua a verificar-se que a gravidez na adolescência é um fenómeno que tende a aumentar.

O distrito de Mé-Zochi apresenta uma situação diferente da dos outros distritos e semelhante à de Água Grande (gráfico 1.5), devido, entre outros aspectos, à relativa proximidade da capital nacional, o que facilita a deslocação das pessoas mesmo para a frequência de cursos nocturnos.

Tabela 1.6 - População feminina adolescente (12-19 anos) por distritos

Distrito	Total de Adolescentes		Adolescentes com Filho		Adolescentes Estudantes		Adolescentes Estudantes com Filhos	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total	8 816	100,0	1 510	17,1	7 220	81,9	86	1,0
Água Grande	4 162	100,0	518	12,5	3 597	86,4	47	1,1
Mé-Zóchi	2 176	100,0	348	16,0	1 808	83,1	20	0,9
Cantagalo	626	100,0	178	28,4	447	71,4	1	0,2
Caué	239	100,0	50	20,9	185	77,4	4	1,7
Lembá	418	100,0	154	36,8	260	62,2	4	1,0
Lobata	809	100,0	170	21,0	633	78,2	6	0,7
Príncipe	386	100,0	92	23,8	290	75,1	4	1,0



Assim como a gravidez na adolescência é uma situação desfavorável para a mulher, e para a sociedade em geral, também os nascimentos em mulheres com mais de 40 anos constituem um risco (gravidez de risco).

De acordo com os dados do censo de 2001, em S. Tomé e Príncipe 0,33% das mulheres de 40 anos e mais tiveram um nascimento vivo nos 12 meses que antecederam a operação censitária.

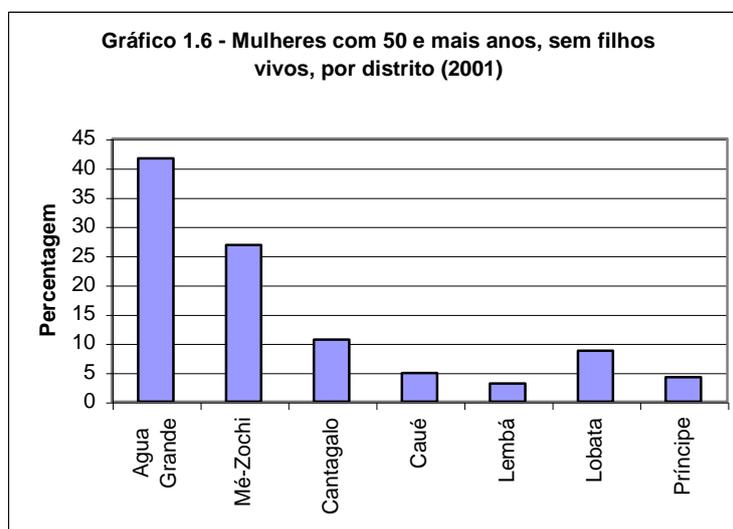
Tal como no caso das adolescentes, a situação não é similar em todos os distritos. É nos distritos de Água Grande, Cantagalo e Príncipe seguidos de Mé-Zóchi e Lobata, onde se verificam as maiores percentagens para o grupo etário dos 40-44 anos, enquanto que para o grupo dos 45-49 anos estão os distritos de Caué e Lembá com valores bastante superiores aos observados no distrito de Água Grande e também com relação à média nacional (tabela 1.7 e anexo A.7). De realçar que nesses dois distritos (Caué e Lembá) existem localidades onde ainda subsistem muitos tabus sobre questões ligadas à sexualidade e saúde reprodutiva (sobretudo a contracepção), o nível cultural das pessoas é baixo e os factores sócio-culturais influenciam muito o comportamento das mulheres e dos homens.

Água Grande, apesar da sua maior densidade populacional, tem uma percentagem de cerca de apenas 11 %, para a faixa dos 45-49 anos, o que pode ser resultado de um maior acesso à informação sobre os riscos de uma gravidez tardia.

Tabela 1.7 - Mulheres com 40 ou mais anos que tiveram um nascimento nos 12 últimos meses por distrito de residência

Distrito	Total		40-44 anos		45-49 anos	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total	226	100,0	184	81,4	42	18,6
Água Grande	59	100,0	52	88,1	7	11,9
Mé-Zóchi	75	100,0	60	80,0	15	20,0
Cantagalo	28	100,0	24	85,7	4	14,3
Caué	11	100,0	7	63,6	4	36,4
Lembá	13	100,0	9	69,2	4	30,8
Lobata	33	100,0	26	78,8	7	21,2
Príncipe	7	100,0	6	85,7	1	14,3

No que se refere às mulheres com 50 anos ou mais, sem filhos vivos (gráfico 1.6 e anexo A.8), as mesmas encontram-se mais concentradas, mais uma vez, nos distritos de Água Grande (41,6 %) e Mé-Zochi (26,8 %). Os distritos de Caué, Lembá e Lobata não apresentam diferenças significativas. Pode concluir-se que pelo facto de já terem terminado a sua vida reprodutiva e não terem filhos que as ajudem, tendam a concentrar-se mais nos centros urbanos, de forma a encontrarem melhores condições para enfrentarem a velhice que se avizinha.



A análise a tabela 1.8 permite apreciar a questão da infertilidade em mulheres não solteiras com 35 ou mais anos e verificar que este fenómeno não atinge grandes proporções, já que se registou um efectivo de 290 pessoas no momento censitário, ou seja 4,6 % da população total feminina do País. Mais de metade das mulheres com 35 e mais anos não solteiras que nunca tiveram filhos encontra-se no grupo dos 55 e mais anos. Estas, em princípio já não terão filhos, o mesmo podendo suceder para o grupo de 50-54 anos.

Para as mulheres dos 35-39 anos, pode ser que a ausência de filhos seja não só um fenómeno natural de incapacidade ou incompatibilidade com o parceiro, mas uma questão de opção do casal, tendo em conta o agravamento das condições de vida no país, uma vez que ou são casadas ou vivem em união de facto.

Idade da mulher	Total		Casadas ou em união de facto		Outras não solteiras	
	Efectivo	%		%		%
Total	290	100,0		100,0		100,0
35-39	46	15,9		20,0		-
40-44	37	12,8		13,8		6,8
45-49	28	9,7		11,2		1,7
50-54	25	8,6		9,6		1,7
55+	154	53,1		45,4		89,8

A proporção de mulheres sem filhos, em termos globais é inferior à das mulheres com filhos. Das mulheres sem filhos, a maior proporção é solteira (63,6 %), já que abarca as adolescentes e jovens que ainda não iniciaram a sua vida procriativa (Tabela 1.9).

Das mulheres solteiras, as que têm 6 e mais filhos estão em maioria (13,7 %) e constituem o grupo das mulheres solteiras chefe de família, aspecto este que será aprofundado mais à frente, num outro capítulo.

De forma geral, as mulheres com seis filhos e mais predominam entre as casadas, as que vivem em união de facto, separadas, divorciadas e viúvas, atingindo nestas últimas 56%. Infelizmente, o tabu de que "filho é riqueza de pobre" ainda permanece na mente da grande maioria dos são-tomenses.

Número de filhos	Solteira	Casada	União de facto	Separada	Divorciada	Viúva
	%	%	%	%	%	%
Sem filhos	63,6	6,9	6,7	3,1	2,8	5,6
Com filhos	36,7	93,1	93,3	96,9	97,2	94,4
1	7,1	14,8	15,8	6,2	14,7	7,5
2	5,3	17,4	16,2	12,3	11,0	6,9
3	4,0	14,1	13,2	9,2	10,7	6,8
4	3,4	10,4	10,8	18,5	9,8	8,3
5	3,1	8,7	8,3	7,7	9,9	8,9
6 +	13,7	27,8	29,2	43,1	41,2	56,0

A tabela 1.10 permite analisar o número médio de filhos por mulher, por grupos etários e por distritos. Verifica-se que a tendência geral em todos os distritos é o aumento do número médio de filhos com a idade, ou seja, a partir dos 35 anos. À excepção de Água Grande, em todos os outros distritos, o número médio de filhos é superior a 5. Lembá é o distrito que apresenta a taxa de fecundidade mais elevada no grupo etário dos 45-49

anos. Isto tem a ver com vários factores, entre os quais o nível de escolaridade das mulheres daquele distrito (ver mais adiante)

Tabela 1.10 – Taxa de fecundidade por grupos etários e distritos

Grupos etários	Total	Distritos						
		ÁG	MZ	Cn	Ca	Le	Lo	Pr
15-19	0,21	0,16	0,20	0,29	0,22	0,32	0,24	0,27
20-24	1,21	0,96	1,23	1,54	1,59	1,60	1,42	1,52
25-29	2,52	2,07	2,57	3,00	3,34	3,10	2,93	2,66
30-34	3,84	3,31	3,99	4,30	4,64	4,54	4,24	4,04
35-39	5,08	4,40	5,34	5,53	6,00	6,54	5,51	5,28
40-44	6,09	5,23	6,50	7,19	7,17	7,14	6,48	6,58
45-49	6,74	5,89	7,00	7,79	7,49	8,20	7,30	7,11
Total	2,65	2,23	2,76	3,07	3,31	3,33	3,00	2,82

CAPÍTULO II

CARACTERIZAÇÃO SÓCIO – ECONÓMICA E CONDIÇÕES DE VIDA

2.1 Educação e alfabetização

2.1.1 Alfabetização

A educação pode ser definida como a capacidade dos indivíduos e, sobretudo, a possibilidade que lhes é oferecida de adquirir conhecimentos, comunicar e participar de maneira produtiva na vida da comunidade.

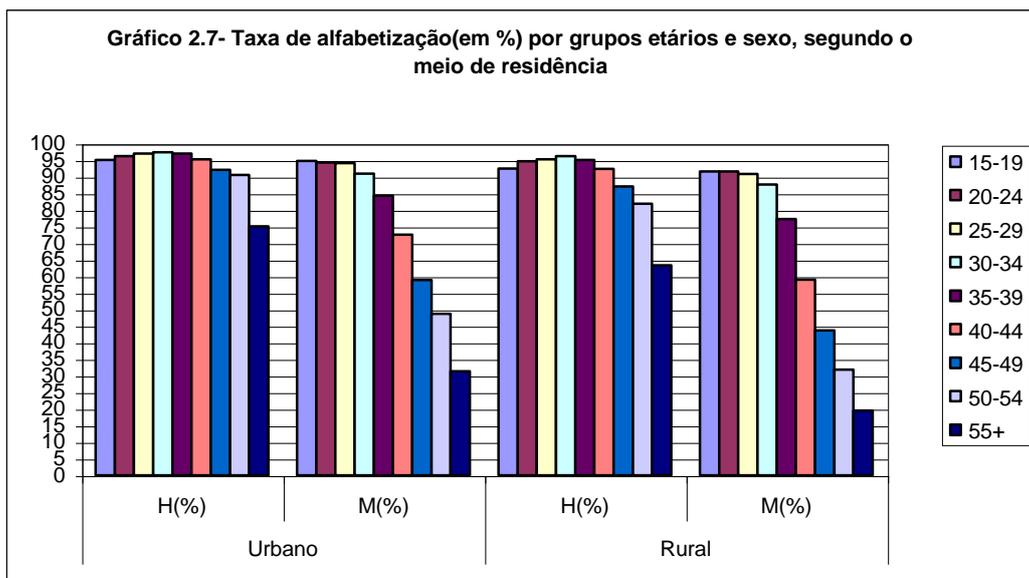
Apesar da educação ser um direito expresso na constituição da República para todos os cidadãos (independentemente do seu sexo) e dos numerosos investimentos já feitos neste sector desde a independência nacional, como o aumento da rede escolar e a melhoria das oportunidades de acesso por exemplo, ainda subsistem alguns problemas e a igualdade entre os sexos ainda não é uma realidade.

Costuma-se dizer que “a educação das nações passa pela educação das raparigas e das mulheres”. Neste sentido vários estudos já demonstraram que a maior escolarização das mulheres corresponde um maior espaçamento entre os nascimentos, taxas de fecundidade mais reduzidas, e as crianças gozam de melhor saúde, entre outros benefícios.

Após a independência, houve um esforço para a alfabetização da população, a massificação do ensino e o aumento da rede escolar para que as crianças de todos os cantos do país e de todos os estratos sociais tivessem acesso à escola, independentemente do sexo. Assim, verifica-se que até ao grupo dos 30-34 anos, as taxas de alfabetização situam-se acima dos 90 % para ambos os sexos, quer sejam do meio urbano ou rural, apesar dos valores relativos a mulheres serem sempre inferiores aos dos homens (gráfico 2.7), devido à prevalência de alguns factores sócio-culturais.

Comparando as taxas de alfabetização segundo o meio de residência, verifica-se que no meio urbano elas são sempre superiores às do rural, mas tanto num como no outro, as diferenças entre os sexos começam a acentuar-se a partir dos 35-39 anos, como foi atrás mencionado (gráfico 2.7). Assim, para o grupo dos 50-54 anos, a taxa das mulheres alfabetizadas no meio urbano é quase metade da dos homens do mesmo meio (48,7% contra 90,6%), enquanto no meio rural essa diferença é de duas vezes e meia (31,9% contra 81,9%).

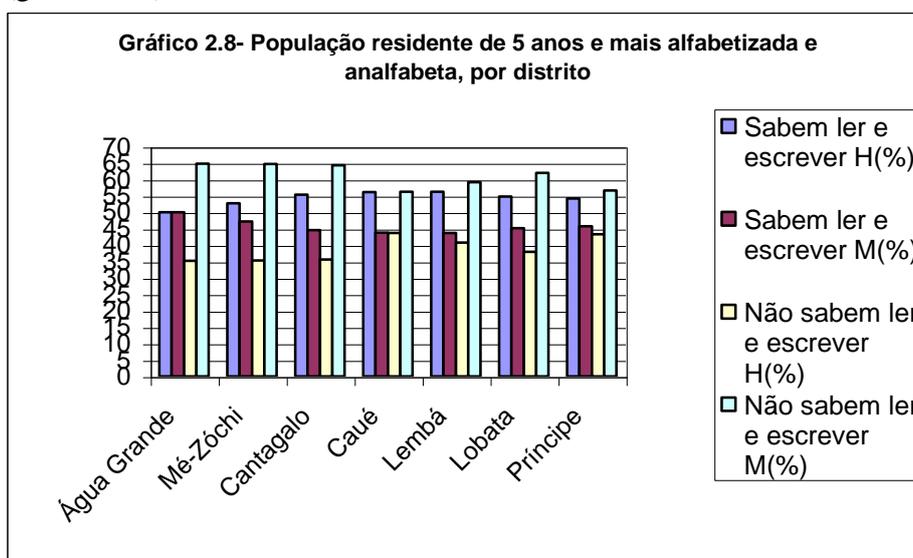
No que se refere à situação nos distritos, constata-se que apenas em Água Grande existe paridade entre os sexos (gráfico 2.8). Nos distritos de Caué e Lembá as diferenças entre as mulheres que sabem ler e escrever e os homens na mesma situação são superiores a 12 % e no Príncipe mais de 10 %, como se pode verificar no gráfico 2.8



2.1.2 Analfabetismo

No RGPH 2001, considerou-se o analfabetismo a partir dos 15 anos de idade. Assim, em S. Tomé e Príncipe, a população analfabeta tem um peso de aproximadamente 20 % da população total a partir desta idade, e as mulheres analfabetas representam 24,7 % do total das mulheres, o que significa que, aproximadamente $\frac{1}{4}$ dos recursos humanos femininos não sabe ler nem escrever.

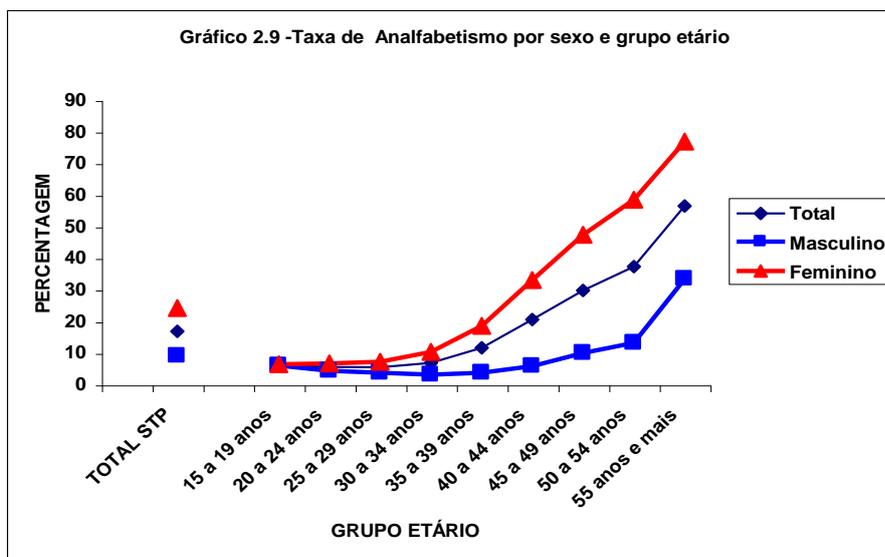
Relativamente à situação nos distritos, as mulheres constituem dois terços da população que não sabe ler e escrever, em quase todos os distritos, com excepção de Caué, Lembá e Príncipe, onde as diferenças entre os sexos apesar de significativas não são tão grandes (gráfico 2.8).



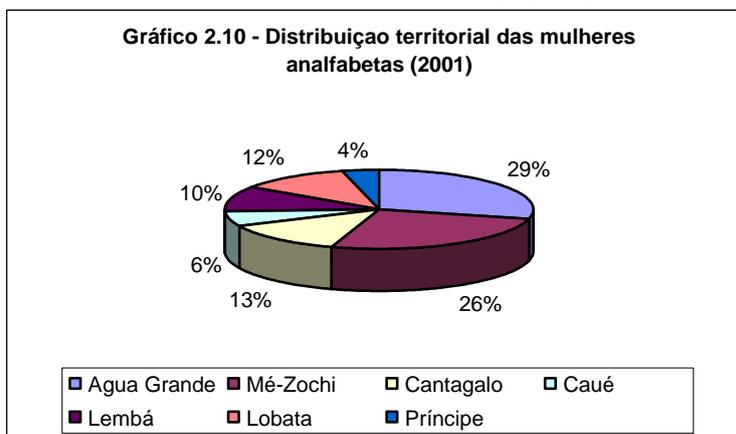
O gráfico 2.9 reflecte as taxas de analfabetismo por sexo e grupos etários a partir dos 15 anos de idade. As altas taxas de analfabetismo feminino constituem uma das causas das dificuldades que têm as mulheres no acesso ao mercado de trabalho, contribuindo assim para a feminização da pobreza.

Constata-se que apenas no grupo etário dos 15-19 anos existe um certo equilíbrio entre os sexos; a partir do grupo etário seguinte (20-24) as diferenças começam a surgir e, a partir dos 30-34 anos, as disparidades entre as mulheres e os homens aumentam significativamente, com as mulheres analfabetas a representarem mais de 80% nos grupos etários mais avançados.

As altas taxas de analfabetismo da população, particularmente feminina, a partir dos 35-39 anos é reflexo da situação vivida antes da independência, em que as meninas eram profundamente discriminadas no acesso à escola por várias razões, entre as quais as sócio-culturais. O analfabetismo constitui um dos maiores entraves à plena participação das mulheres em todas as etapas do processo de desenvolvimento e também à sua promoção social e cultural.



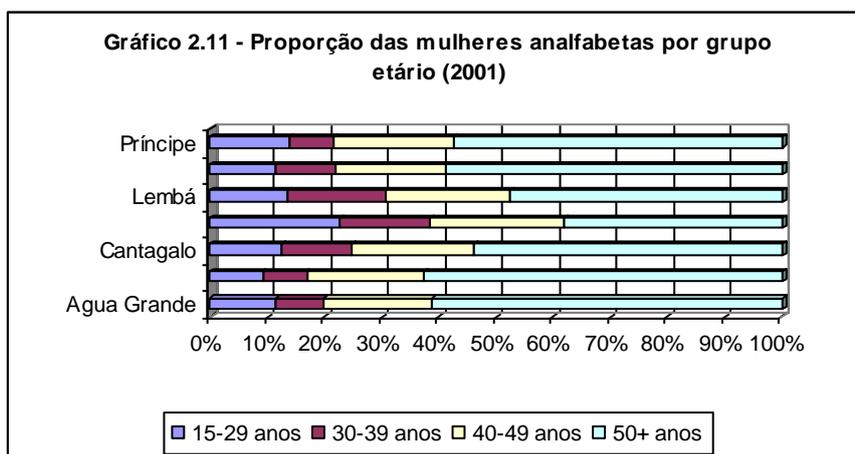
O gráfico 2.10 permite analisar a distribuição territorial (por distritos) das mulheres analfabetas, segundo a faixa etária no RGPH 2001. É fácil constatar que o distrito de Água Grande, por ser o mais populoso, concentra o maior número de mulheres nesta situação em todos os grupos etários, com valores sempre superiores a 20 %, seguido de Mé-Zochi (tabela B.13 em anexo). As diferenças entre os distritos de Cantagalo, Lembá e Lobata não são muito significativas, enquanto que a Região Autónoma do Príncipe apresenta as menores percentagens de mulheres analfabetas em todos os grupos etários, o que está de acordo com a distribuição territorial da população total.



Entretanto, ao analisar-se o peso das mulheres analfabetas por distritos (gráfico 2.11), são os distritos de Água Grande e Mé-Zóchi onde se encontram as menores proporções até aos 40-49 anos. Para o grupo dos 15-19 anos, o distrito de Água Grande apresenta uma situação pior que a de Mé-Zóchi. De destacar, que como foi dito atrás tem havido muita imigração para o distrito de Água Grande de pessoas provenientes das zonas rurais, sobretudo mulheres que na sua maioria devem ser analfabetas (Gráfico 2.11).

De realçar que as proporções para o grupo etário dos 30-39 anos são inferiores às que se observam no grupo etário anterior, o que pode ser um indício do recrudescimento do analfabetismo, devido ao abandono das acções de alfabetização desde 1990. Entretanto, está em curso, com o apoio do Brasil, um programa de alfabetização solidária que teve o seu início em 2002, e que poderá contribuir para inverter essa tendência.

O analfabetismo entre as mulheres com 50 e mais anos é muito mais acentuado em Água Grande e Mé-Zóchi (em proporções acima dos 60 %). Uma das possíveis explicações pode ser que, devido ao empobrecimento das zonas rurais e às poucas oportunidades que as mesmas oferecem, as mulheres adultas tenham migrado para os centros urbanos, a fim de poderem aproveitar a única possibilidade que lhes resta, ou seja, o comércio.



2.1.3 Escolarização

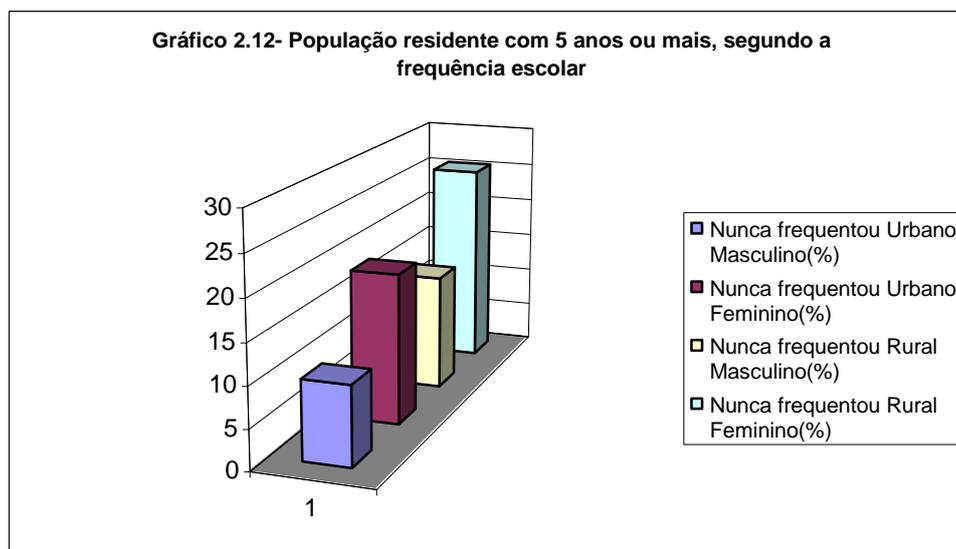
As mulheres representam 50,5% da população com 5 anos e mais; destas, cerca de 22 % nunca frequentaram a escola, contra apenas 12% dos homens, conforme se pode observar na tabela 2.11. Com relação aos que frequentam, a diferenças não são muito significativas, embora as mulheres estejam sempre em menores proporções.

No que concerne ao meio de residência urbano e rural (gráfico 2.12), as tendências mantêm-se, sobretudo no meio urbano, onde as proporções das mulheres que nunca frequentaram a escola, são mais do que o dobro da proporção dos homens na mesma situação. Relativamente ao meio rural, as diferenças entre os sexos na categoria “frequentou” ultrapassam os 10 %, em detrimento da mulher.

Pelos resultados obtidos, e apesar dos avanços já alcançados, deve-se continuar a encorajar a educação das mulheres e das raparigas, pois só assim elas estarão em condições de exercer a sua cidadania e a luta pela igualdade e equidade terá algum sentido.

Tabela 2.11 - População residente com 5 anos ou mais por sexo e meio de residência, segundo a frequência escolar

Meio de Residência e Sexo	Total		Nunca frequentou		Frequentou		Está a frequentar	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Total S. Tomé e Príncipe	116932	100.0	19652	100.0	60846	100.0	36434	100.0
Masculino	57825	49.5	6918	35.2	32271	53.0	18636	51.2
Feminino	59107	50.5	12734	64.8	28575	47.0	17798	48.8
Urbano								
Total	64142	100.0	9214	100.0	33301	100.0	21627	100.0
Masculino	30939	48.2	3039	33.0	17010	51.1	10890	50.4
Feminino	33203	51.8	6175	67.0	16291	48.9	10737	49.6
Rural								
Total	52790	100.0	10438	100.0	27545	100.0	14807	100.0
Masculino	26886	50.9	3879	37.2	15261	55.4	7746	52.3
Feminino	25904	49.1	6559	62.8	12284	44.6	7061	47.7

Gráfico 2.12- População residente com 5 anos ou mais, segundo a frequência escolar

2.2 Situação perante a actividade económica

A análise da participação feminina na mão-de-obra, permite compreender a contribuição económica das mulheres no desenvolvimento. Através dos recenseamentos, operações realizadas geralmente de 10 em 10 anos, obtém-se informações sobre a composição da população por sexo, sector de actividade, profissão, entre outros aspectos.

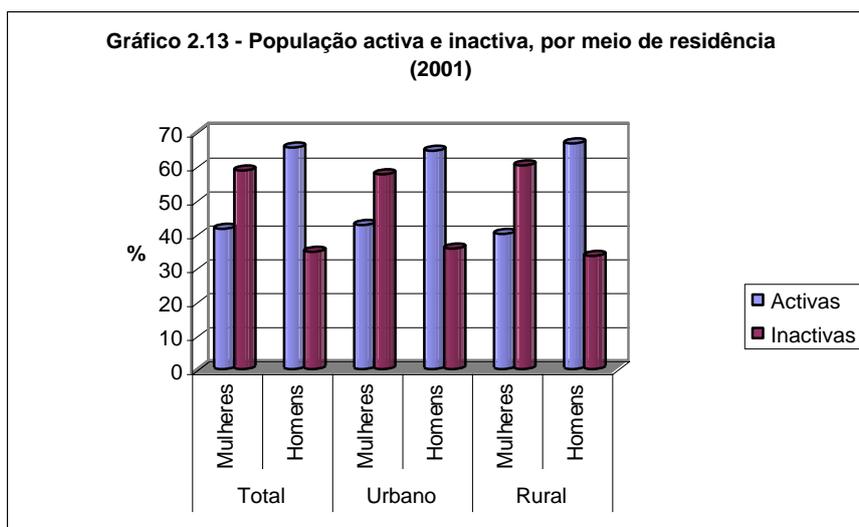
Assim, o RGPH de 2001, forneceu informações que permitirão fazer uma análise global da situação da mulher santomense perante a actividade económica.

Neste âmbito, constata-se que da população com 10 e mais anos, mais de 53 % é activa (tabela B.13b em anexo). Relativamente à repartição por sexo (gráfico 2.13), há menor proporção de mulheres activas do que homens activos (41,4 % mulheres para 65,4% homens).

No que se refere ao meio de residência urbano e rural (gráfico 2.13), as mulheres activas estão em maiores proporções no meio urbano (42,5 %) do que no rural (39,9 %).

Ainda no gráfico 2.13 e na tabela B.13b em anexo, verifica-se que tanto dentro dos activos como dos inactivos, existem diferenças significativas entre homens e mulheres. No que se refere aos activos trabalhadores, tanto no meio urbano como no rural, a proporção de homens é nitidamente superior à das mulheres (31% de mulheres para 59 % de homens).

Relativamente à população inactiva, os domésticos são maioritariamente do sexo feminino, com proporções acima dos 29 %, enquanto que os homens nem atingem os 2 % (tabela B.13b em anexo).



No concernente ao ramo de actividade económica (tabela 2.12), verifica-se que há uma certa orientação dos sexos para certos ramos de actividade. Assim, constata-se que em áreas como “Agricultura e Pesca”, “Indústria e Energia” e “Construção” a proporção de mulheres é inferior à masculina e o peso das mesmas dentro de cada um desses ramos também é nitidamente inferior (gráfico 2.14 e tabela 2.16b em anexo).

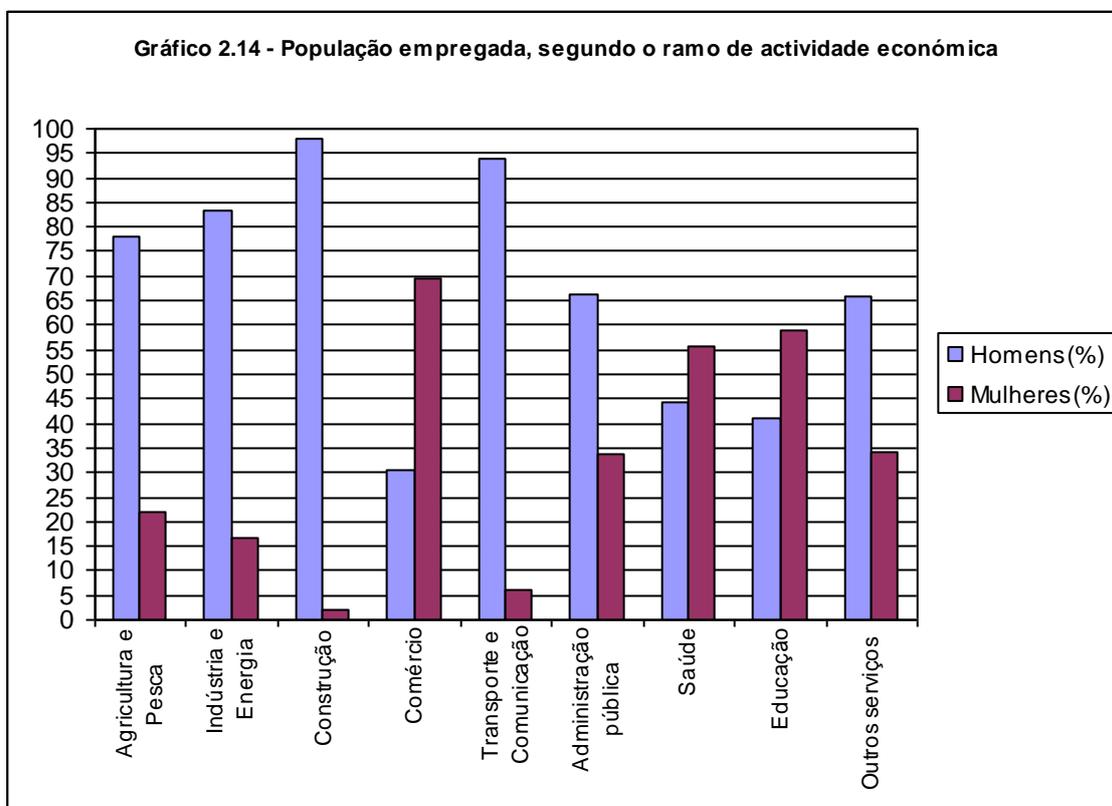
Em relação ao Recenseamento de 1991 (anexo B.15), a proporção de mulheres activas por ramos de actividade até diminuiu em algumas áreas como por exemplo na agricultura e pesca onde passou de cerca de 35 % em 1991 para 20,5 % em 2001. A diminuição da proporção de mulheres no sector agrícola, deve-se sobretudo à falta de apoios para os pequenos agricultores, o que tem feito com que algumas mulheres prefiram trocar a agricultura pelo comércio, geralmente na cidade.

O sector comercial, ao contrário do agrícola, cresceu bastante nos 10 últimos anos, passando de 27% em 1991 para 42% em 2001 (tabela 2.12). As mulheres são largamente maioritárias neste sector (gráfico 2.14), onde representam 70%. Tal como foi dito atrás, o comércio informal tem constituído uma alternativa para uma grande maioria de mulheres, já que não exige qualificações especiais ou formação profissional. As actividades baseiam-se sobretudo em materiais locais disponíveis, a sua dimensão depende muito dos recursos e capacidades de quem as organiza e têm uma grande flexibilidade em termos de horário.

Tabela 2.12 - População empregada com 10 anos ou mais segundo o sexo, por ramo de actividade económica (2001)

Ramo de actividade	Total		Homens		Mulheres	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total S. Tomé e Príncipe	42 756	100,0	28 371	100,0	14 385	100,0
Agricultura e Pesca	13 487	31,5	10 540	37,2	2 947	20,5
Indústria e Energia	2 882	6,7	2 400	8,5	482	3,4
Construção	4 394	10,3	4 298	15,1	96	0,7
Comércio	8 737	20,4	2 666	9,4	6 071	42,2
Transporte e Comunicação	790	1,8	743	2,6	41	0,3
Administração pública	3 293	7,7	2 182	7,7	1 111	7,7
Saúde	772	1,8	343	1,2	429	3,0
Educação	1 371	3,2	564	2,0	807	5,6
Outros serviços	7 030	16,4	4 635	16,3	2 395	16,6

Gráfico 2.14 - População empregada, segundo o ramo de actividade económica



Uma análise à tabela 2.13 e ao gráfico 2.14 permite comparar as diferenças entre os sexos, no que concerne ao estatuto sócio-profissional, ou seja, à situação na profissão, e reflecte as desigualdades ainda existentes neste domínio. Assim, constata-se que as mulheres constituem a maioria em categorias como trabalhador por conta própria e trabalhador familiar sem remuneração. Como se verificou atrás, as mulheres estão maioritariamente no comércio e neste sector elas trabalham por conta própria. Quanto ao trabalho familiar sem remuneração, pode-se considerar que é quase a modalidade mais praticada em situações de penúria, já que o trabalho é trocado por outros benefícios, mormente a alimentação.

Em relação a 1991, constata-se que a proporção de mulheres empregadas caiu de 69 % para 43 % em 2001. Menos qualificadas que os homens e ocupando os escalões mais baixos nas grelhas salariais, as mulheres são sempre as mais visadas por ocasião de licenciamento dos trabalhadores.

Apesar da proporção de empregadores nem atingir 1 % a nível nacional (tabela 2.13), as mulheres também se encontram em minoria em relação aos homens (0,5 % para 0,9 %). De entre as mulheres, predominam as trabalhadoras por conta própria, enquanto que os homens são maioritariamente trabalhadores por conta de outrem. É de realçar que existe uma ONG – “Associação das Mulheres Empresárias e Profissionais” – que, apesar de criação relativamente recente, tem envidado esforços para melhorar a formação das micro-empresárias e dar visibilidade aos trabalhos empreendidos pelas mesmas.

Tabela 2.13 - População empregada com 10 anos ou mais segundo o sexo, por situação na profissão

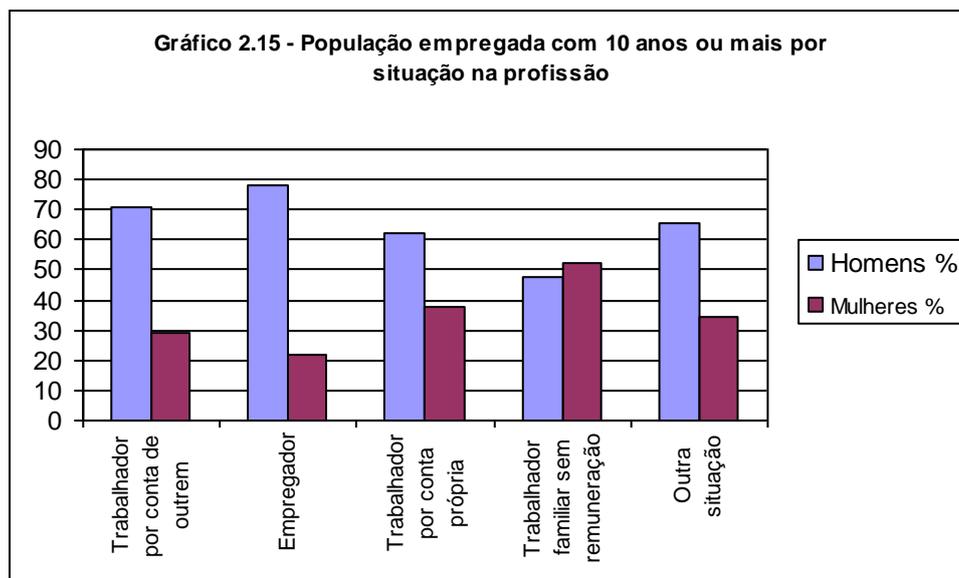
Situação na Profissão	Total		Homens		Mulheres	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total S. Tomé e Príncipe	42 756	100,0	28 371	100,0	14 385	100,0
Trabalhador por conta de outrem	21 087	49,3	14 937	52,6	6 150	42,8
Empregador	333	0,8	261	0,9	72	0,5
Trabalhador por conta própria	19 982	46,7	12 453	43,9	7 529	52,3
Trabalhadores Familiares sem remuneração	939	2,2	449	1,6	490	3,4
Outra situação	415	1,0	271	1,0	144	1,0

No referente aos grupos de profissões (tabela 2.14), as mulheres activas empregadas constituem cerca de 21% dos activos pertencentes ao grupo 1 (executivo, legislativo e quadros superiores) e mais de 45% do total dos activos do grupo 2 que abarca as profissões intelectuais e científicas (Físicos, Químicos, Biólogos, Médicos, Professores, Economistas, entre outras), o que significa uma certa melhoria em relação a 1991, em que representavam nos grupos acima referenciados 14% e 42% respectivamente⁸. No entanto, elas são maioritárias no grupo 9 correspondente aos profissionais não qualificados, enquanto que os homens são a maioria nos grupos 7 e 8 que englobam os artesãos e trabalhadores qualificados, operadores de máquinas e equipamentos pesados.

Tabela 2.14 – População activa empregada por grupo de profissões, segundo o sexo

Grupo de profissões	Total		Masculino		Feminino	
	Total	%	Total	%	Total	%
Total S. Tomé e Príncipe	52.194	100,0	31 536	60,4	20 658	39,6
Grupo 1	447	100,0	354	79,2	93	20,8
Grupo 2	1 974	100,0	1 072	54,3	902	45,7
Grupo 3	869	100,0	650	74,8	219	25,2
Grupo 4	2 066	100,0	1 261	61,0	805	39,0
Grupo 5	4 563	100,0	2 706	59,3	1 857	40,7
Grupo 6	7 095	100,0	5139	72,4	1 956	27,6
Grupo 7	7 422	100,0	7 332	98,8	90	1,2
Grupo 8	1 980	100,0	1 953	98,6	27	1,4
Grupo 9	15 709	100,0	7 380	47,0	8 329	53,0
Outros	630	100,0	491	77,9	139	22,6
Sem declaração	9 439	100,0	3 198	33,9	6 241	66,1

⁸ RGPH 1991, Volume III, pag. 28



2.2.1 Mulheres activas à procura do primeiro emprego

Analisando a tabela 2.15, constata-se que do total das mulheres activas à procura do primeiro emprego, as adolescentes com idade compreendida entre os 15-19 anos, representam 23%. Estas adolescentes possuem maioritariamente o ensino primário e o secundário básico, numa proporção de 44,3% e 44,1% respectivamente. Estando ainda em idade de prosseguir os estudos, estas adolescentes, muitas vezes mães solteiras, vêm-se na contingência de procurar um primeiro emprego, tendo em conta a difícil situação económica do país e a pouca oferta em termos de formação profissional.

De realçar que já no grupo etário dos 10-14 anos, existem “crianças” à procura do primeiro emprego e que ainda se encontram em idade de escolaridade obrigatória!

As de idade compreendida entre os 20-44 anos representam cerca de 60% e possuem fundamentalmente os níveis secundário básico e primário.

Assim, pode-se concluir que as mulheres activas a procura do primeiro emprego não têm um nível de formação suficiente que lhes permita competir no mercado de emprego.

Tabela 2.15 - Mulheres activas a procura do primeiro emprego por nível de instrução, segundo a faixa etária

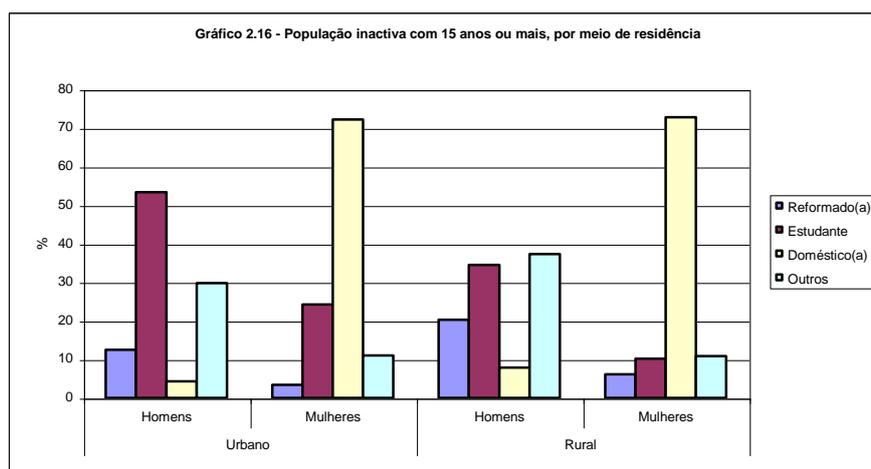
Nível de instrução	Total		10-14		15-19		20-44		45-64		65+	
	Total	%										
Total S. Tomé e Príncipe	5 288	100,0	427	100,0	1 221	100,0	3 166	100,0	412	100,0	62	100,0
Pré-escolar	26	0,5	7	1,6	2	0,2	16	0,5	1	0,2	-	-
Primário	2 218	41,9	273	63,9	541	44,3	1 236	39,0	153	37,1	15	24,2
Secundário básico	2 086	39,4	96	22,5	538	44,1	1 419	44,8	32	7,8	1	1,6
Pré-universitário	339	6,4	-	-	88	7,2	247	7,8	4	1,0	-	-
Curso médio	16	0,3	-	-	-	-	14	0,4	2	0,5	-	-
Curso superior	14	0,3	-	-	-	-	12	0,4	2	0,5	-	-
Sem instrução (Nunca frequentou)	589	11,1	11,9	11,9	52	4,3	222	7,0	218	53,0	46	74,2

2.2.2 Mulheres inactivas perante a actividade económica

Com relação à situação de inactividade, constata-se que também existem diferenças entre os sexos em termos quantitativos em todas as categorias, com especial realce para a categoria doméstico/a, onde a proporção de mulheres é cerca de 12 vezes superior a dos homens tanto a nível geral e como nos meios urbano e rural (gráfico 2.16 e anexo B.18).

No que se refere aos reformados, a proporção de homens é maior, tanto no meio urbano como rural, já que as mulheres dificilmente concluem a sua carreira profissional por despedimento, licenciamento ou abandono voluntário, por razões diversas, entre as quais razões familiares.

No que se refere à proporção de estudantes, as diferenças entre os sexos são bastante significativas, sobretudo no meio rural. As oportunidades de acesso não são as mesmas para os do meio urbano e os do meio rural. Existem apenas 10 escolas secundárias no país e muitas vezes os pais preferem apostar mais na prossecução dos estudos do "seu filho" do que da "sua filha". Tem sido implementado, desde há cerca de um ano, um sistema de autocarros escolares que vem precisamente diminuir essas desigualdades entre o meio urbano e rural e possivelmente entre os sexos.



A maior parte das mulheres inactivas têm idade compreendida entre os 15-24 anos com uma percentagem de 47 % (tabela 2.16).

Relativamente à situação nos distritos, as maiores percentagens de estudantes estão no distrito de Água Grande e na Região Autónoma do Príncipe, onde a oferta de educação é melhor em relação aos outros distritos. No grupo etário dos 25-44, onde estão concentradas as domésticas, verifica-se que elas estão em maior número em Cantagalo, Caué e Lembá, mais afastados de Água Grande, e que realmente oferecem menores oportunidades para as mulheres.

No que se refere ao grupo dos 65 anos e mais, que corresponde às reformadas, há uma relativa diferença nos distritos de Caué e Lembá com relação aos outros. Este facto pode estar relacionado com o tipo de actividade a que as mulheres desses distritos se dedicam (transformação e comercialização do pescado) e como não cotizam para a segurança social, apesar da lei o permitir, não têm reforma.

Tabela 2.16 - População feminina inactiva segundo grupos etários, por distritos

Região/Distrito	Total		15 - 24 anos		25 - 44 anos		45 - 64 anos		65 anos e mais	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Total S. Tomé e Príncipe	20053	100.0	9411	46.9	5313	26.5	2861	14.3	2468	12.3
Água Grande	7466	100.0	3859	51.7	1759	23.6	972	13.0	876	11.7
Mé-Zóchi	5121	100.0	2246	43.9	1370	26.8	794	15.5	711	13.9
Cantagalo	2330	100.0	966	41.5	734	31.5	351	15.1	279	12.0
Caué	732	100.0	326	44.5	235	32.1	114	15.6	57	7.8
Lembá	1417	100.0	631	44.5	455	32.1	196	13.8	135	9,5
Lobata	2200	100.0	980	44.5	566	25.7	337	15.3	317	14.4
Príncipe	787	100.0	403	51.2	194	24.7	97	12.3	93	11.8

2.2.3 Mulheres domésticas

As actividades domésticas compreendem geralmente a preparação das refeições, a limpeza da casa e do quintal, a manutenção da roupa, a atenção e cuidados pessoais aos membros do agregado familiar, as compras, a conservação dos alimentos, entre outras. Os serviços que podem ser efectuados por trabalhadores/as remunerados/as (cozinhar, tomar conta de crianças) ou a produção ou transformação de bens adquiridos no mercado, são considerados como actividades económicas, se bem que excluídos das contas nacionais.⁹

Em S. Tomé e Príncipe, as actividades desenvolvidas pelas mulheres domésticas, mais conhecidas por “donas de casa”, não são consideradas actividades económicas e elas próprias, muitas vezes, declaram “não fazer nada”, o que significa que também não valorizam a contribuição que dão para a reprodução das condições de reprodução.

A população doméstica santomense é maioritariamente feminina, constituindo cerca de 96 % do total dos domésticos com idade compreendida entre os 10 e 90 anos e mais e aproximadamente 21 % da população feminina total do país.

As maiores proporções de domésticas concentram-se na faixa etária dos 15 aos 49 anos, ou seja, na idade reprodutiva (tabela 2.17), o que pode estar relacionado com a necessidade de mais tempo para ocupar-se de uma família muitas vezes numerosa e dos afazeres domésticos. Comparando com a população masculina doméstica, esta concentra-se nos grupos etários dos 10 aos 29 anos, englobando assim, uma grande parte dos estudantes.

A economia santomense tem crescido muito pouco, ou seja, não tem havido investimentos no sector produtivo de forma a gerar novos postos de emprego, o que tem conduzido a uma certa apatia ou desencorajamento, sobretudo dos jovens, para a procura de alternativas.

⁹ DIXON R., ANKER R., *Evaluation de la contribution des femmes au développement économique*, Bureau International du Travail, op.cit., pag 60

Tabela 2.17 - População residente com 10 anos ou mais domésticos segundo o sexo, por grupos etários

Grupo etário	Total		Masculino		Feminino	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total S. Tomé e Príncipe	15112	100.0	631	100.0	14481	100.0
10-14 anos	962	6.4	208	33.0	754	5,2
15-19 anos	2659	17.6	201	31.9	2458	17.0
20-29 anos	4493	29.7	95	15.1	4398	30.4
30-39 anos	2311	15.3	30	4.8	2281	15.8
40-49 anos	1522	10.1	18	2.9	1504	10.4
50-59 anos	1060	7.0	14	2.2	1046	7.2
60-69 anos	1100	7.3	25	4.0	1075	7.4
70-79 anos	749	5.0	27	4.3	722	5.0
80-89 anos	225	1.5	10	1.6	215	1.5
90 anos e mais	31	0.2	3	0.5	28	0.2

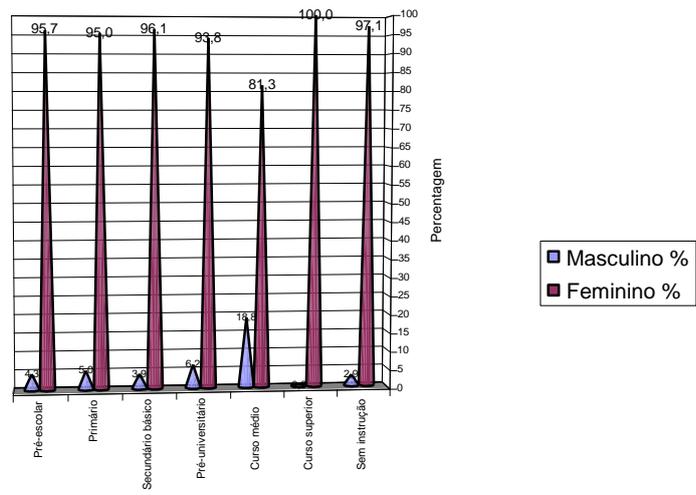
Relativamente ao nível de instrução dos domésticos/as inactivos/as, constata-se que a maior proporção (mais de 60% para ambos os sexos) possui apenas o nível primário e o secundário básico (até a 9.ª classe de escolaridade), sendo esta situação comum aos dois sexos (Tabela 2.18).

No que se refere ao peso das domésticas em relação aos domésticos, por nível de instrução, constata-se que mais de 97 % não têm qualquer instrução (gráfico 2.17). Elas estão, também devido ao seu maior número, em percentagens sempre superiores a 93 %, salvo no curso médio. De realçar que mesmo numa proporção muito pequena (0,2%), existem domésticas com curso superior. Seria interessante, em estudos a realizar-se posteriormente, investigar-se os motivos que levam as pessoas com alguma qualificação média e superior a decidirem não exercer a sua profissão.

Tabela 2.18 – Domésticos/as inactivos/as por nível de instrução, segundo o sexo

Nível de instrução	Total		Masculino		Feminino	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total S. Tomé e Príncipe	15 112	100,0	631	100,0	14 481	100,0
Pré-escolar	46	0,3	2	0,3	44	0,3
Primário	6 960	46,1	346	54,8	6 614	45,7
Secundário básico	3 680	24,4	142	22,5	3 538	24,4
Pré-universitário	340	2,2	21	3,3	319	2,2
Curso médio	16	0,1	3	0,5	13	0,1
Curso superior	22	0,1	-	-	22	0,2
Sem instrução (Nunca frequentou)	4 048	26,8	117	18,5	3 931	27,1

Gráfico 2.17- Domésticos/as inativos/as, segundo o nível de instrução



CAPITULO III MULHERES CHEFES DE AGREGADOS FAMILIARES

3.1 Caracterização geral

Não é a menor das contradições em África: mesmo sabendo quão precário é o estatuto das mulheres na maioria das sociedades, as estatísticas atestam que as mulheres que assumem a responsabilidade de um lar são bastante numerosas e a sua proporção tende a aumentar.¹⁰

Os lares dirigidos por mulheres tendem a ser mais pobres e vulneráveis do que os dirigidos por homens e vários factores podem explicar esta correlação entre a pobreza e as mulheres chefe de família, que segundo o BIT¹¹, podem ser os seguintes:

- Em primeiro lugar, esses lares têm uma forte proporção de pessoas que não trabalham (crianças e pessoas idosas).
- Em segundo lugar, as mulheres chefes de família têm um rendimento médio, inferior ao dos homens e um menor acesso aos empregos bem pagos e aos recursos produtivos, tais como crédito, tecnologia.
- Em terceiro lugar, as mulheres chefes de família devem também assumir as responsabilidades familiares, a produção de subsistência, o que as força a optar por empregos ou tipos de trabalho mal remunerados, que lhes ofereçam as condições mais compatíveis com a educação dos filhos, as obrigações domésticas e as actividades de produção domiciliárias.

Em S. Tomé e Príncipe, as mulheres chefes de família não fogem à situação acima descrita. Segundo a Estratégia Nacional de Redução da Pobreza recentemente aprovada, o consumo médio/habitante é inferior em 11% para o caso das famílias chefiadas por mulheres.

No RGPH 2001, as mulheres chefes de família constituem um pouco mais de 32% do total dos chefes de família em S. Tomé e Príncipe; no meio urbano o peso das mulheres a chefiarem famílias é um pouco maior (34,4%), do que no meio rural (29,4 %) como se pode verificar no gráfico 3.17.

Analisando a distribuição dos agregados chefiados por mulheres (tabela 3.19), a proporção é maior no meio urbano (57,6%) do que no rural (42,4%).

Nos últimos 10 anos, houve um ligeiro decréscimo no número de chefes de família do sexo feminino, passando de 32,6% em 1991 para 32,1% em 2001.

¹⁰ LOCOH Th., Familles Africaines, Population et Qualité de la Vie, Les Dossiers du CEPED N.º 31, Paris, 1995, pag 19

¹¹ BIT, Féminisation de la pauvreté, Chaque femme est une travailleuse, Genève le 25 août 1995, pag 2.

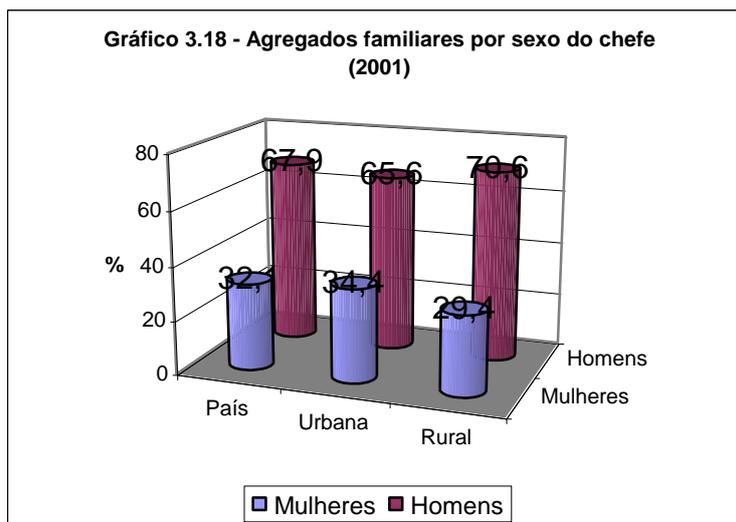


Tabela 3.19 - Distribuição dos Chefes de agregado familiar por sexo, segundo o meio de residência

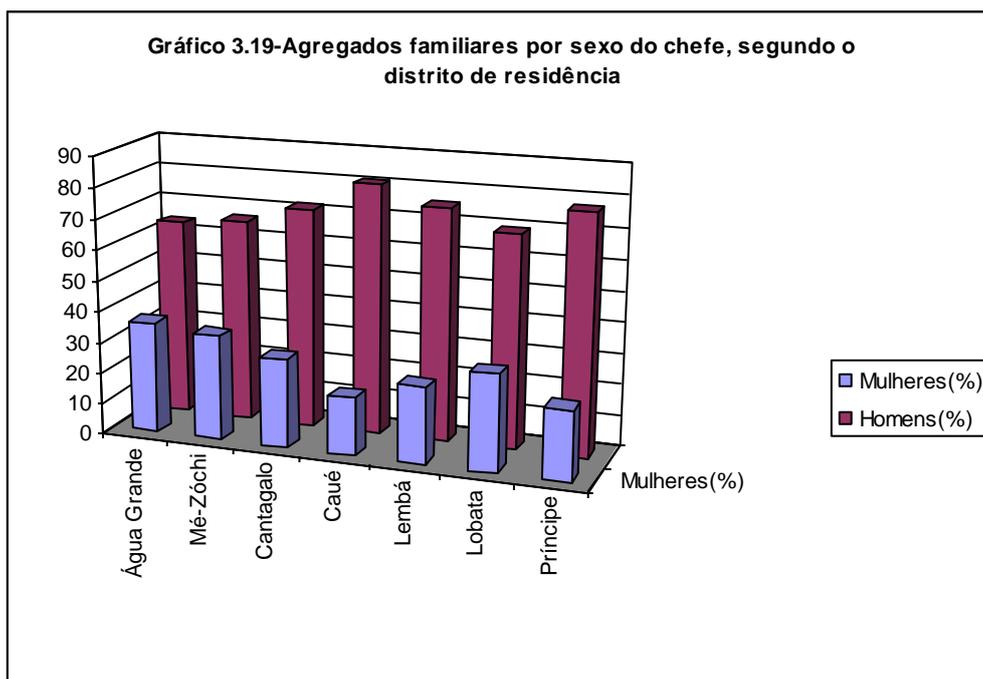
Meio de residência	Total		Masculino		Feminino	
	Total	%	Total	%	Total	%
Total S. Tomé e Príncipe	33 772	100,0	22 932	100,0	10 840	100,0
Urbano	18 128	53,7	11 888	51,8	6 240	57,6
Rural	15 644	46,3	11 044	48,2	4 600	42,4

Relativamente ao distrito de residência (tabela 3.20), constata-se que a maior proporção dos agregados familiares chefiados por mulheres, concentra-se no distrito de Água Grande, seguido pelo de Mé-Zochi, que são os dois onde a proporção da população feminina é superior à masculina. Nesses dois distritos, a proporção dos agregados chefiados por mulher é superior à dos agregados que têm um homem como chefe.

No que se refere ao peso dos agregados familiares chefiados por mulheres dentro de cada distrito, verifica-se que estes agregados, estão em minoria em relação aos masculinos, com os distritos de Água Grande e Mé-Zochi, atingindo valores superiores à média nacional, ou seja, 36% e 34% respectivamente (gráfico 3.18).

Tabela 3.20 - Agregados familiares por sexo do chefe, segundo o distrito de residência

Região/Distrito	Sexo do chefe do agregado familiar					
	Total		Masculino		Feminino	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total S. Tomé e Príncipe	33 772	100,0	22 932	100,0	10 840	100,0
Água Grande	12 598	37,3	8 057	35,1	4 541	41,9
Mé-Zóchi	8 388	24,8	5 525	24,1	2 863	26,4
Cantagalo	3 402	10,1	2 429	10,6	973	9,0
Caué	1 285	3,8	1 043	4,5	242	2,2
Lembá	2 652	7,9	1 995	8,7	657	6,1
Lobata	3 851	11,4	2 647	11,5	1 204	11,1
Príncipe	1 596	4,7	1 236	5,4	360	3,3



3.1.1 Tipologia dos agregados familiares chefiados pelas mulheres

Para o estudo da tipologia dos agregados familiares chefiados por mulheres não foram tomados em conta os agregados institucionais¹² (hospital, quartel), daí uma diferença nos totais, em relação às tabelas analisadas noutros itens.

Em S. Tomé e Príncipe, a idade média dos chefes dos agregados, é de cerca de 43 anos, sendo a idade média dos chefes dos agregados femininos superior (47 anos) que a dos chefes masculinos (41 anos), o que quer dizer que nas idades mais avançadas há mais mulheres a chefiar agregados. Esta tendência verifica-se tanto no meio urbano como no rural, como se pode observar na tabela 3.21.

As mulheres chefiam famílias menos numerosos do que os homens, ou seja, os agregados chefiados por mulheres albergam cerca de 32 % da população total, sendo esta percentagem inferior no meio rural (30 %) do que no urbano (33 %).

Com relação ao número de pessoas com idade inferior a 15 anos a residirem nos agregados familiares, constata-se que, no meio urbano não existem diferenças entre os agregados chefiados por mulheres e os chefiados por homens (1,7), mas no meio rural, os chefiados por mulheres têm mais crianças (1,9). De realçar que em S. Tomé e Príncipe, no momento de separação dos pais, as crianças ficam geralmente com as mães. Relativamente às pessoas idosas, estas encontram-se em maior número nos agregados chefiados por mulheres, tanto no meio urbano como no rural (0,2). Em contrapartida, as pessoas em idade activa (15-65 anos) encontram-se maioritariamente nos agregados chefiados por homens. Assim, pode-se concluir que as mulheres chefiam agregados com maior número de pessoas dependentes do que as que trabalham, daí a tendência para uma maior vulnerabilidade.

¹² Agregado Institucional – conjunto de indivíduos residentes num alojamento colectivo que, independentemente da relação de parentesco entre si observam uma disciplina comum, são beneficiários dos objectivos de uma instituição e são governados por uma entidade interior ou exterior ao grupo.

Tabela 3.21 - Agregados familiares segundo a idade média do chefe, o número médio de crianças de menos de 15 anos, o número médio de pessoas de 15-65 anos e o número médio de pessoas maiores de 65 anos, por meio de residência e sexo do chefe de agregado familiar

Meio de Residência / Sexo do Chefe	Total dos Chefes	Idade media dos Chefes	N.º médio de pessoas < de 15 anos	N.º médio de pessoas entre 15 e 65 anos	N.º médio de pessoas > de 65 anos	Total População residente
Total S.T. P.	33 659	42,8	1,7	2,2	0,2	136 911
Masculino	22 875	40,9	1,7	2,3	0,1	93 686
Feminino	10 784	46,8	1,8	2,0	0,2	43 225
Urbano	18 067	42,3	1,7	2,3	0,2	74 579
Masculino	11 858	40,5	1,7	2,4	0,1	49 832
Feminino	6 209	45,8	1,7	2,1	0,2	24 747
Rural	15 592	43,2	1,8	2,1	0,2	62 332
Masculino	11 017	41,2	1,7	2,1	0,1	43 854
Feminino	4 575	48,1	1,9	1,9	0,2	18 478

Uma análise à tabela 3.22 permite destacar que cerca de 70 % dos agregados chefiados por mulheres são monoparentais, ou seja, só está presente um dos cônjuges, os seus filhos e eventualmente outras pessoas e mais de 26 % são “não familiar”, o que significa que estão as chefes e eventualmente outras pessoas, com excepção do cônjuge e dos seus filhos. Por seu lado os agregados chefiados por homens são predominantemente parentais (60 %) e não familiar (22,7 %)

De destacar que os agregados monoparentais chefiados por mulheres têm em média 4,6 pessoas, enquanto que os parentais, onde existe a figura do cônjuge, os filhos e eventualmente outras pessoas, que constituem quase 4 %, albergam cerca de 6 pessoas. Esses mesmos agregados, ou seja, os monoparentais chefiados por mulheres albergam cerca de 80 % da população residente do total dos agregados chefiados por mulheres, enquanto que os chefiados por homens, monoparentais albergam apenas 4,7 % do total da população residente desses agregados. Assim é fácil deduzir que os agregados chefiados por mulheres à partida apresentam condições mais precárias, do que os chefiados por homens, tendo em conta o número de pessoas que albergam.

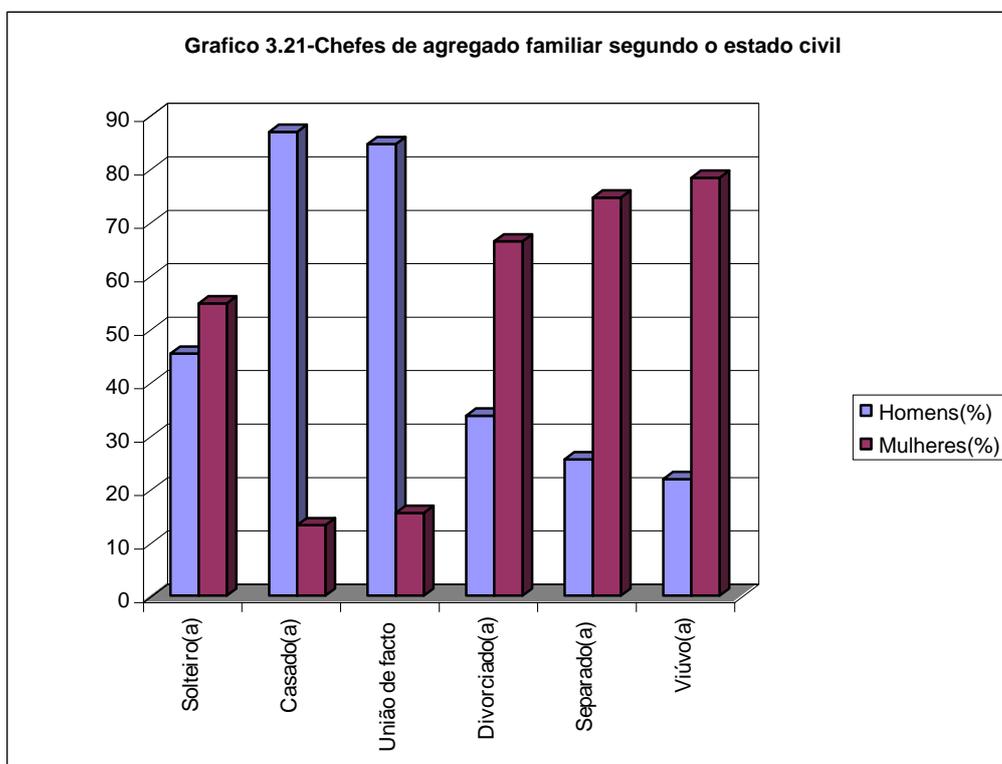
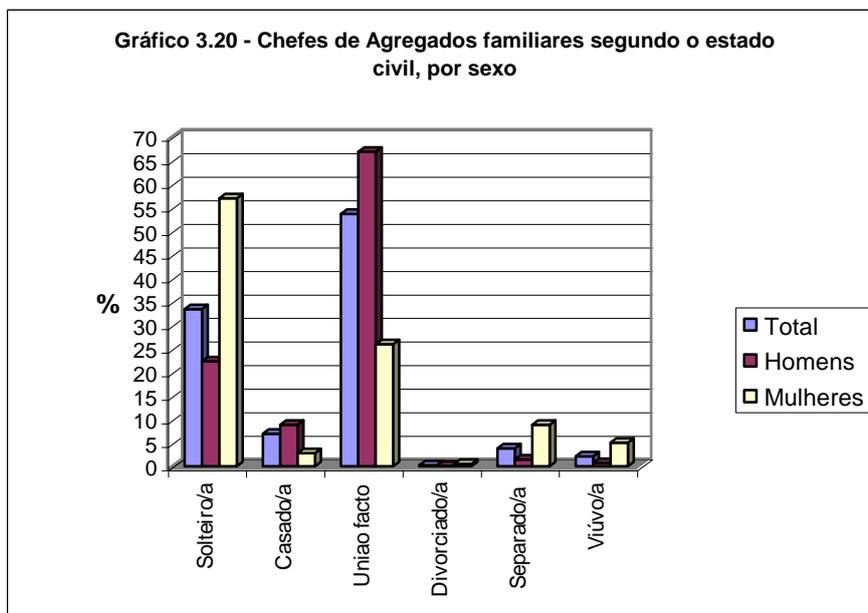
Tabela 3.22 - Agregados familiares (AF) segundo o sexo do chefe, a população residente e o número médio de pessoas por AF, por tipologia do AF

Tipologia dos AF	Chefe Agregado Feminino				Chefes Agregado Masculino			
	Número de AF	%	População residente	Número médio de pessoas	Numero de AF	%	População residente	Numero médio de pessoas
Total	10 784	100,0	43 225	4,0	22 875	100,0	93 686	4,1
Não familiar	2 858	26,5	6 144	2,1	5 199	22,7	6 676	1,3
Conjugal	79	0,7	237	3,0	2 841	12,4	8 299	2,9
Monoparental	7 450	69,1	34 487	4,6	1 095	4,8	4 413	4,0
Parental	397	3,7	2 357	5,9	13 740	60,1	74 298	5,4

3.1.2 Características das mulheres chefes dos Agregados Familiares

Em S. Tomé e Príncipe, mais de metade dos agregados familiares (54 %), são chefiados por pessoas que vivem em união de facto, conforme se pode observar no anexo C.23. Os agregados que têm por chefe uma mulher são maioritariamente monoparentais, chefiados por pessoas solteiras, numa proporção próxima dos 57%, seguido de união de facto numa proporção de cerca de 26%. Nos agregados que têm um homem como chefe, estes vivem maioritariamente em união de facto (66,8%), como se pode observar no gráfico 3.20.

No que se refere ao peso das mulheres chefe de família dentro de cada uma das categorias (gráfico 3.21), constata-se que elas estão em maiores percentagens entre as “solteiras” (54,7%), “divorciadas” (66,3%), “separadas” (74,5%) e “viúvas” (78,2%). Não existindo nenhum mecanismo de assistência social dirigido às essas mulheres, as mesmas estão condenadas à pobreza e a transmitir essa pobreza aos seus filhos, principalmente às suas filhas, que cedo terão que abandonar a escola para ajudar a mãe nas estratégias de sobrevivência e no cuidado dos outros irmãos.



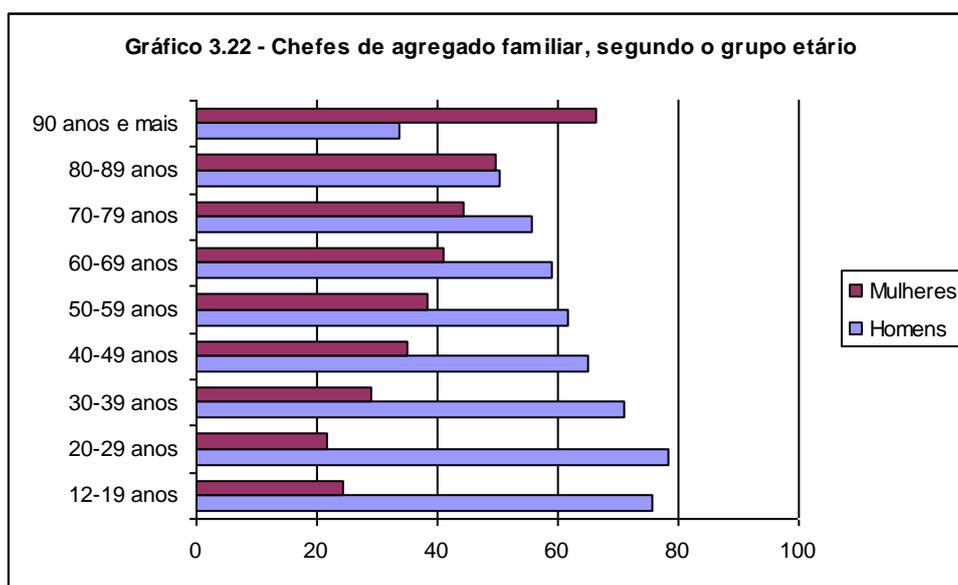
No que se refere a idade dos chefes dos agregados familiares (tabela 3.23) de forma geral cerca de 67% têm idade compreendida entre os 20 e 49 anos. Comparando com a situação existente em 1991, constata-se que naquele ano, as maiores proporções situavam-se nos grupos dos 25-39 anos, com 36,5 %, o que significa que parece haver tendência de recuo da idade para a assunção das responsabilidades familiares.

A maior proporção de mulheres chefes de família regista-se no grupo etário dos 30 aos 49 anos com 42,3%, enquanto que os homens chefes de família encontram-se nos grupos dos 20 a 49 anos numa proporção de cerca de 71% (tabela 3.23). No que se refere ao peso das mulheres chefes de família por grupo etário, constata-se que elas correspondem a uma percentagem menor, relativamente aos homens, em todos os grupos etários, excepto no dos 90 e mais anos, o que pode ser explicado pela maior longevidade feminina (gráfico 3.22).

De realçar que no grupo etário dos 12-19 anos que corresponde aos adolescentes, 24,4% dos chefes são mulheres, o que é preocupante, tendo em conta que desde cedo entram no ciclo da pobreza / dependência, enquanto o número de filhos resultantes das várias uniões vai aumentando.

Tabela 3.23 - Chefes de agregado familiar por sexo, segundo o grupo etário

Grupo etário	Total		Masculino		Feminino	
	Total	%	Total	%	Total	%
Total S. Tomé e Príncipe	33772	100.0	22932	100.0	10840	100.0
12-19 anos	630	1.9	476	2.1	154	1.4
20-29 anos	8030	23.8	6299	27.5	1731	16.0
30-39 anos	8370	24.8	5946	25.9	2424	22.4
40-49 anos	6175	18.3	4023	17.5	2152	19.9
50-59 anos	3930	11.6	2420	10.6	1510	13.9
60-69 anos	3796	11.2	2234	9.7	1562	14.4
80-89 anos	613	1.8	308	1.3	305	2.8
90 anos e mais	74	0.2	25	0.1	49	0.5
70-79 anos	2154	6.4	1201	5.2	953	8.8



3.1.3 Nível de instrução

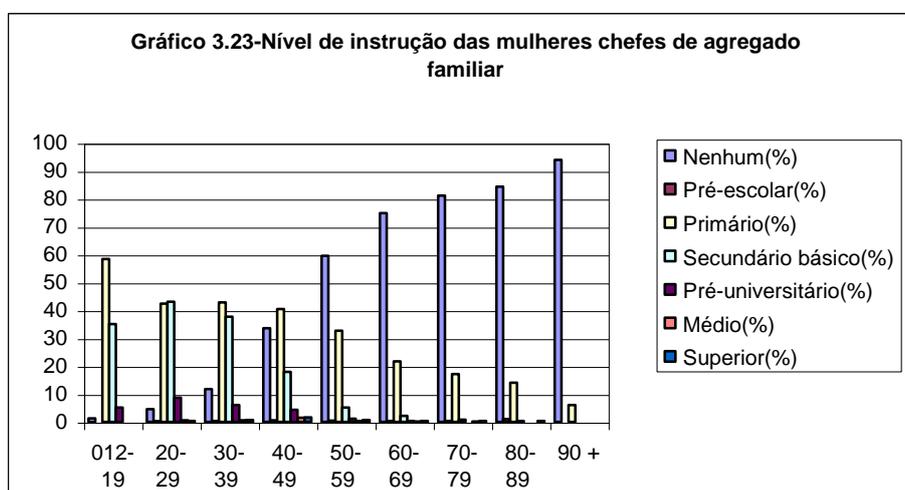
O nível de instrução dos chefes dos agregados familiares tem influência directa na conduta moral e social, na educação, na saúde e nutrição dos restantes membros do agregado familiar.

Assim, dos agregados recenseados que têm uma mulher como chefe, um pouco mais de 39 % não tem nenhum nível de instrução e as maiores percentagens situam-se a partir dos 40 anos (Tabela 3.24 e gráfico 3.23). Verifica-se também que a medida que aumenta o nível de instrução, menor é a percentagem das mulheres chefe de família; portanto, há cerca de 35% com o nível primário, mais de 20% com o nível secundário e menos de 1% com os níveis médio e superior. Por outro lado, há também uma relação inversa relativamente às idades, ou seja os níveis mais altos situam-se nas idades mais jovens, até aos 39 anos e depois à medida que aumenta a idade, diminui a percentagem de mulheres nesses níveis.

As mulheres adolescentes chefes dos agregados familiares (12-19 anos) têm principalmente o nível primário (58,4 %) e o secundário básico (35,1 %). Menos escolarizadas, estas chefes vêem reduzidas as suas possibilidades de arranjar um emprego bem remunerado, tornando-se assim, mais vulneráveis à pobreza.

Tabela 3.24 - Mulheres chefes de agregado familiar por nível de instrução, s/ os grupos etários

Grupo etário	Nível de instrução															
	Total		Nenhum		Pré-escolar		Primário		Secundário básico		Pré-universitário		Médio		Superior	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Total Mulheres	10840	100.0	4234	39.1	43	0.4	3778	34.9	2221	20.5	422	3.9	65	0.6	77	0.7
12-19 anos	154	100.0	2	1,3	0	0.0	90	58.4	54	35.1	8	5,2	0	0,0	0	0.0
20-29 anos	1731	100.0	79	4.6	4	0.2	734	42.4	746	43.1	151	8,7	11	0,6	6	0.3
30-39 anos	2424	100.0	285	11.8	7	0.3	1039	42.9	914	37.7	147	6,1	14	0,6	18	0.7
40-49 anos	2152	100.0	723	33.6	12	0.6	872	40.5	386	17.9	92	4,3	33	1,5	34	1.6
50-59 anos	1510	100.0	899	59.5	7	0.5	494	32.7	77	5.1	18	1,2	5	0,3	10	0.7
60-69 anos	1562	100.0	1170	74.9	6	0.4	339	21.7	35	2.2	6	0,4	1	0,1	5	0.3
70-79 anos	953	100.0	773	81.1	4	0.4	164	17.2	8	0.8	0	0,0	1	0,1	3	0.3
80-89 anos	305	100.0	257	84.3	3	1.0	43	14.1	1	0.3	0	0,0	0	0,0	1	0.3
90 anos +	49	100.0	46	93.9	0	0.0	3	6.1	0	0.0	0	0,0	0	0,0	0	0.0



3.1.4 Condição perante a actividade económica

No que concerne a condição perante à actividade económica, apenas um pouco mais de metade das mulheres chefes de família são activas empregadas (56%), enquanto que os homens nesta situação quase atingem os 88% (Tabela 3.25). A seguir às empregadas estão as domésticas inactivas numa percentagem significativa (24,4%), conforme se pode observar no gráfico 3.22. Apenas 7,4% estão desempregadas.

É de realçar que quase 96% dos chefes inactivos domésticos são mulheres, enquanto que as estudantes estão numa proporção de apenas 35,2% (tabela 3.25).

Em relação aos empregados, as mulheres chefes de família estão numa proporção de cerca de 3,3 vezes inferior aos homens na mesma condição.

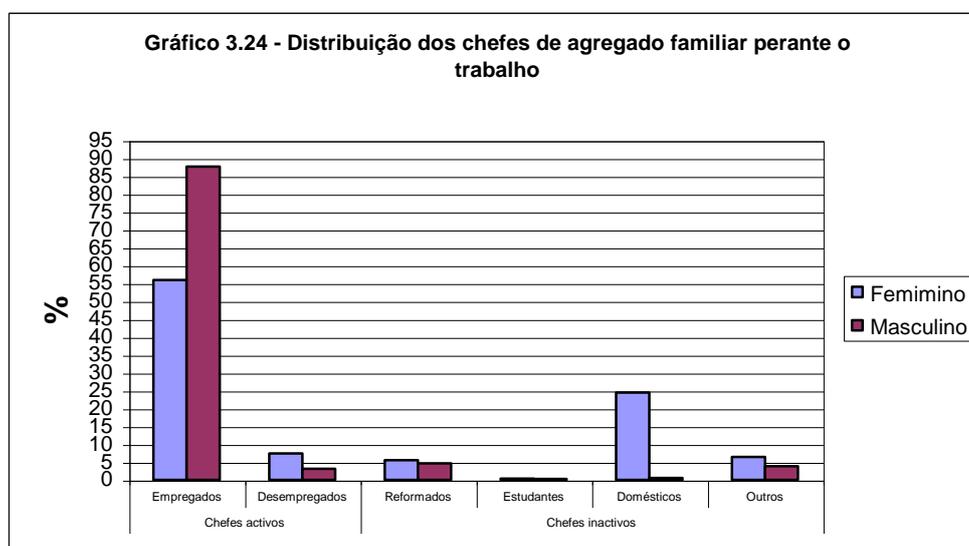


Tabela 3.25 – Distribuição dos chefes de agregado familiar por condição perante ao trabalho, segundo o sexo

Sexo	Condição perante ao trabalho							
	Total		Chefes activos		Chefes inactivos			
	Efectivo	%	Empregados	Desempregados	Reformados	Estudantes	Domésticos	Outros
Total S. T.P.	33772	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Feminino	10840	32.1	23.2	53.4	35.9	35.2	95.9	44.2
Masculino	22932	67.9	76.8	46.6	64.1	64.8	4.1	55.8

3.1.5 Principal meio de vida

Analisando a tabela 3.26, constata-se que o principal meio de vida dos chefes de agregado familiar tanto do meio urbano como rural é o trabalho e isto tanto para o sexo feminino como para o masculino.

Relativamente aos agregados femininos, cerca de 53% vivem do trabalho e mais de 27% têm como principal meio de vida o apoio familiar, enquanto que mais de 87% dos homens na mesma situação trabalham, e os que vivem de apoio familiar pouco ultrapassam os 3%, o que permite concluir que as chefes de família do sexo feminino são mais dependentes do que os do sexo masculino.

No meio urbano, as mulheres, que chefiam agregados familiares e trabalham, aparecem em maior proporção do que no meio rural (31,2% para 21,7%), o mesmo sucedendo com as que vivem do apoio familiar (15% para 12%), como se pode ver na tabela 3.30.

Principal meio de vida	Total		Masculino		Feminino	
	Total	%	Total	%	Total	%
Total S. T. P.	33 772	100,0	22 932	100,0	10 840	100,0
Trabalho	25 780	76,3	20 048	87,4	5 732	52,9
Pensão	956	2,8	558	2,4	398	3,7
Apoio social	796	2,4	509	2,2	287	2,6
Rendimento	829	2,5	356	1,6	473	4,4
Familiar	3 747	11,1	800	3,5	2 947	27,2
Outros	1 664	4,9	661	2,9	1 003	9,3
Meio urbano	18 128	53,7	11 888	51,8	6 240	57,6
Trabalho	13 804	40,9	10 426	45,5	3 378	31,2
Pensão	381	1,1	224	1,0	157	1,4
Apoio social	383	1,1	257	1,1	126	1,2
Rendimento	436	1,3	174	0,8	262	2,4
Familiar	2 050	6,1	402	1,8	1 648	15,2
Outros	1 074	3,2	405	1,8	669	6,2
Meio rural	15 644	46,3	11 044	48,2	4 600	42,4
Trabalho	11 976	35,5	9 622	42,0	2 354	21,7
Pensão	575	1,7	334	1,5	241	2,2
Apoio social	413	1,2	252	1,1	161	1,5
Rendimento	393	1,2	182	0,8	211	1,9
Familiar	1 697	5,0	398	1,7	1 299	12,0
Outros	590	1,7	256	1,1	334	3,1

3.1.6 Condições de vida dos agregados chefiados por mulheres

Os dados obtidos no Recenseamento de 2001, permitem apreciar as condições sócio-económicas em que vivem as famílias chefiadas por mulheres, que como foi dito atrás, são muito vulneráveis ao fenómeno da pobreza.

Assim, no que se refere à água consumida, apenas cerca de 7% dos agregados chefiados por mulheres possuem água canalizada no interior da residência, enquanto que 51% utiliza um chafariz ou fontanário público. No meio urbano, os que utilizam esta fonte, ultrapassa a média nacional, atingindo os 58%, enquanto que no meio rural apenas atinge aproximadamente 42% (tabela 3.27). De destacar que no meio rural, o abastecimento através do rio, ribeira ou curso de água, está perto dos 22% e constitui a segunda fonte de água mais utilizada, daí a grande predominância de doenças de origem hídrica, nomeadamente as infeções diarreicas e também as parasitoses intestinais.

No que se refere ao combustível para cozinhar, cerca de 72 % dos agregados, que têm uma mulher como chefe, utilizam a lenha como combustível para cozinhar, atingindo no meio rural mais de 88 %, sendo portanto o tipo de combustível mais utilizado. O carvão constitui a segunda fonte mais utilizada, com maior incidência no meio urbano onde ultrapassa os 17 %, enquanto que no rural cerca de 6 %. De realçar, que apesar de pequena, a proporção de pessoas que utilizam o gás é superior no meio rural (3,6 %) do que no meio urbano (2,3 %). Uma das explicações para esta situação, pode ser a recuperação e modernização de algumas casas das ex-empresas agrícolas para o desenvolvimento do turismo rural.

Quanto à fonte de iluminação, cerca de 56 % dos agregados chefiados por mulheres no meio urbano têm energia eléctrica, contra pouco mais de 36 % no meio rural. Sabe-se que no meio rural, onde cerca de 64 % desses agregados não têm electricidade no alojamento, utilizam como fonte de iluminação os candeeiros a petróleo, as denominadas "cafucas" e também velas.

No referente às instalações sanitárias, predominam os agregados sem casa de banho, retrete ou latrina, que rondam os 77% a nível nacional e 83,6 % no meio rural (Tabela 3.27). Apesar dos esforços encetados nos últimos anos para a construção de latrinas, a sua percentagem ao nível nacional apenas ultrapassa os 9 %. A existência de retrete nas casas é muito restrita, atingindo 4,5 % no meio urbano, ligeiramente superior a média nacional de 4,2 %.

Relativamente ao sistema de esgotos para evacuação das águas residuais, a situação também é muito precária, pois cerca de 79 % de alojamentos a nível nacional não possuem esgotos. A rede pública serve pouco mais de 3 % dos agregados chefiados por mulheres. Apenas 16% contra 74% dos mesmos no meio urbano possuem uma fossa séptica, enquanto que no meio rural, cerca de 85 % não tem nenhum sistema de esgotos. Pelos dados acima referenciados, pode-se concluir que as condições de vida e de higiene nos agregados chefiados por mulheres são muito precárias, sobretudo no meio rural, estando os mesmos propensos à contracção de doenças, tais como o paludismo e as doenças diarreicas, que constituem uma das principais causas de morbi-mortalidade no país.

Características	Total		Urbano		Rural	
	Total	%	Total	%	Total	%
Fonte de água consumida						
Total S. Tomé e Príncipe	10832	100.0	6235	100.0	4597	100.0
Rede pública, canalização interior	722	6.7	522	8.4	200	4.4
Rede pública, canalização no quintal	1821	16.8	1209	19.4	612	13.3
Chafariz/Fontanário público	5533	51.1	3624	58.1	1909	41.5
Nascente	1385	12.8	524	8.4	861	18.7
Rio/Ribeira/Curso	1088	10.0	89	1.4	999	21.7
Outra	283	2.6	267	4.3	16	0.3
Instalações sanitárias						
Total S. Tomé e Príncipe	10834	100.0	6236	100.0	4598	100.0
Casa de banho completa	1040	9.6	819	13.1	221	4.8
Retrete	474	4.4	280	4.5	194	4.2
Latrina	996	9.2	657	10.5	339	7.4
Sem casa de banho, sem retrete e sem latrina	8324	76.8	4480	71.8	3844	83.6
Sistema de esgotos						
Total S. Tomé e Príncipe	10816	100.0	6223	100.0	4593	100.0
Rede pública	371	3.4	188	3.0	183	4.0
Fossa séptica	1286	11.9	997	16.0	289	6.3
Outras situações	636	5.9	437	7.0	199	4.3
Não tem	8523	78.8	4601	73.9	3922	85.4
Combustível para cozinhar						
Total S. Tomé e Príncipe	10823	100.0	6225	100.0	4598	100.0
Lenha	7827	72.3	3760	60.4	4067	88.5
Petróleo	1292	11.9	1187	19.1	105	2.3
Carvão	1353	12.5	1093	17.6	260	5.7
Gás	311	2.9	146	2.3	165	3.6
Outro	40	0.4	39	0.6	1	0.0
Electricidade no alojamento						
Total S. Tomé e Príncipe	10839	100.0	6239	100.0	4600	100.0
Tem	5144	47.5	3473	55.7	1671	36.3
Não Tem	5695	52.5	2766	44.3	2929	63.7

3.1.7 Conforto da habitação

As mulheres chefes dos agregados familiares vivem principalmente em suas próprias casas (61%), sobretudo as do meio urbano que representam mais de 63 %. As casas habitadas gratuitamente representam quase um terço, ou seja, mais de 30 % do regime de ocupação nas zonas rurais. Numa situação de extrema pobreza, geralmente a solidariedade familiar prevalece, e é costume em S. Tomé e Príncipe as famílias cederem compartimentos de suas casas, sobretudo para as mães de família que têm que sustentar os filhos sem ajuda dos pais.

As casas típicas santomenses são geralmente feitas de madeira, com pavimento do mesmo material e cobertas de zinco. Assim, em termos globais, cerca de 78 % das casas, onde habitam as famílias chefiadas por mulheres, são feitas de madeira e 84 % das mesmas são cobertas de zinco. De realçar que a proporção dos alojamentos em madeira é superior nas zonas urbanas (84 %) do que nas zonas rurais (70 %). A explicação para esta situação é que nas zonas rurais estão concentradas as antigas casas dos trabalhadores das empresas agrícolas (roças), que são na sua maioria, em alvenaria, o que faz com que a proporção seja de 24 % (Tabela 3.28).

Relativamente à cobertura, para além do zinco, o material mais utilizado nas zonas urbanas é lousalite com cerca de 5 % e nas zonas rurais mais de 18 % dos alojamentos são cobertos de telha. Este facto também é uma herança do passado, pois em algumas empresas agrícolas as casas dos trabalhadores eram principalmente cobertas de telha.

Tal como foi mencionado atrás, cerca de 72 % dos agregados chefiados por mulheres têm pavimento de madeira; no meio urbano a proporção é de cerca de 77%, enquanto que no meio rural representa 65 %. Note-se que para o "tipo de soalho", a proporção dos pavimentos em alvenaria é superior à proporção das paredes também em alvenaria. Isto deve-se ao facto de, sobretudo nas zonas rurais, tendo em conta o preço dos materiais de construção (cimento, areia, etc....) começar a haver a tendência para a construção do pavimento das casas de alvenaria e as paredes de madeira.

Tabela 3.28 – Distribuição dos agregados familiares chefiados por mulheres por conforto da habitação dos alojamentos, segundo o meio de residência						
Características	Total		Urbano		Rural	
	Total	%	Total	%	Total	%
Regime de ocupação						
Total S. Tomé e Príncipe	10840	100.0	6240	100.0	4600	100.0
Proprietário	6623	61.1	3959	63.4	2664	57.9
Alugado	1908	17.6	1373	22.0	535	11.6
Gratuito	2309	21.3	908	14.6	1401	30.5
Materiais das paredes						
Total S. Tomé e Príncipe	10840	100.0	6240	100.0	4600	100.0
Alvenaria	1715	15.8	614	9.8	1101	23.9
Madeira	8442	77.9	5244	84.0	3198	69.5
Mista	509	4.7	335	5.4	174	3.8
Palmeiras/Bambus	30	0.3	11	0.2	19	0.4
Pré-fabricada	27	0.2	21	0.3	6	0.1
Outro	117	1.1	15	0.2	102	2.2
Material de cobertura						
Total S. Tomé e Príncipe	10840	100.0	6240	100.0	4600	100.0
Telha	1065	9.8	228	3.7	837	18.2
Zinco	9088	83.8	5590	89.6	3498	76.0
Betão	121	1.1	97	1.6	24	0.5
Lousalite	459	4.2	278	4.5	181	3.9
Pavo	42	0.4	14	0.2	28	0.6
Outro	65	0.6	33	0.5	32	0.7
Material de piso (soalho)						
Total S. Tomé e Príncipe	10840	100.0	6240	100.0	4600	100.0
Cimento	2756	25.4	1260	20.2	1496	32.5
Madeira	7768	71.7	4776	76.5	2992	65.0
Terra batida	162	1.5	108	1.7	54	1.2
Mosaico/Mármore	110	1.0	75	1.2	35	0.8
Outro	44	0.4	21	0.3	23	0.5

Segundo os dados do RGPH de 2001, que constam na tabela 3.29, são poucos os agregados que têm um nível de conforto alto. Destes, 9 % são chefiados por mulheres e mais de 12 % por homens. Entretanto, no que se refere ao nível baixo, 51 % dos agregados chefiados por mulheres estão nesta categoria contra 46 % de agregados chefiados por homens. A situação é mais crítica no meio rural (57,7 %) do que no meio urbano (46,4 %), para as mulheres.

Tabela 3.29 – Nível de conforto dos Agregados Familiares por sexo e meio de residência						
Nível de conforto	Total		Urbano		Rural	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Baixo	46,2	51,2	40,7	46,4	52,2	57,7
Médio	41,1	39,6	41,4	41,1	40,7	37,7
Alto	12,7	9,2	18,0	18,0	7,1	4,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Núm. Agr. Fam.	23 029	10 860	11 943	6 253	11 086	4 607

CAPITULO IV MULHERES MÃES SOLTEIRAS

4.1 Caracterização sócio-demográfica

Os dados recolhidos no Recenseamento de 2001, permitem conhecer, de forma detalhada, a situação das mulheres no que se refere a vínculos familiares e outros aspectos e analisar, com algum pormenor, a situação das mães solteiras. Estas encontram-se inseridas na categoria das mulheres chefes de família, que, como foi dito atrás, constituem um grupo muito vulnerável não só ao fenómeno da pobreza como a outras situações, nomeadamente empregos precários, assédio sexual, insegurança alimentar e outras.

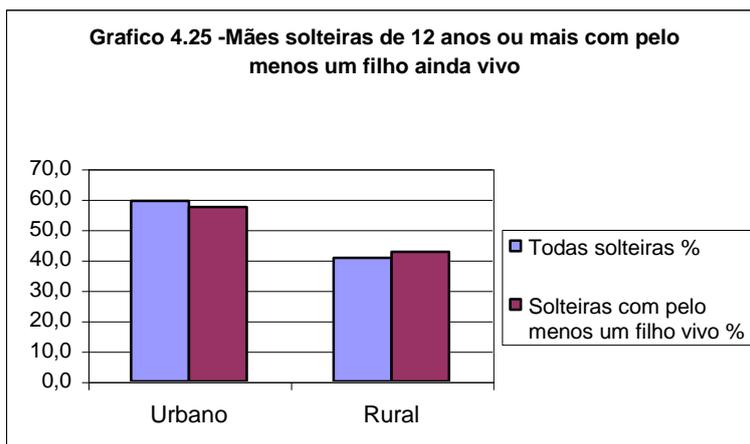
À semelhança da situação em outras partes do continente africano, essas mulheres na maior parte das vezes têm filhos de pais diferentes e, devido à ausência de um sistema de segurança social e à paternidade irresponsável, as crianças vêm-se transformando em meninos na rua e da rua, fenómeno esse que vem ganhando cada vez maiores proporções, sobretudo na cidade de S. Tomé.

No RGPH 2001, a definição de solteiro(a) é a de “pessoa de qualquer sexo que nunca tenha contraído matrimónio civil ou religioso e não esteja a viver maritalmente no momento censitário”.

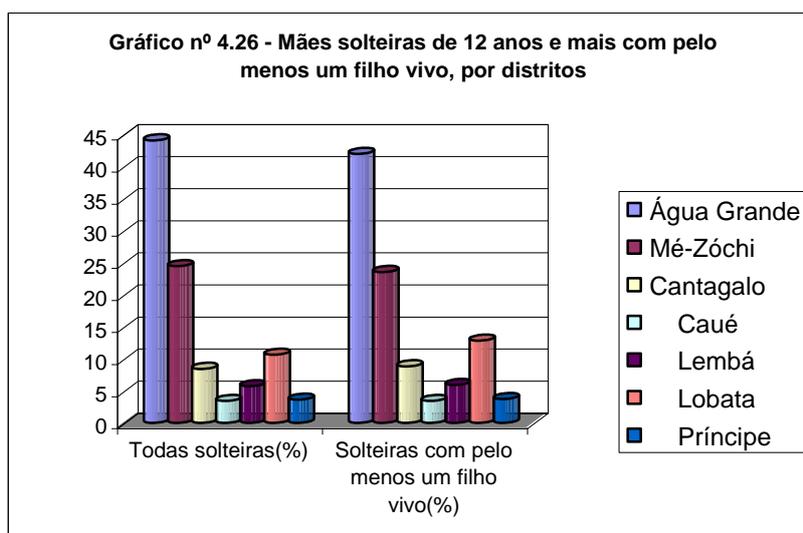
As mulheres solteiras com pelo menos 1 filho ainda vivo (tabela 4.30) representam cerca de 36 % do total de todas as solteiras do país, tendo na área rural um peso sensivelmente maior (38 %) que na urbana (35 %). Esta diferença justifica-se pelo facto de as mulheres urbanas terem mais acesso à informação sobre questões ligadas à saúde reprodutiva. O facto de as mães solteiras serem mais de um terço das mulheres solteiras, constitui *de per si* um problema social, que deveria merecer melhor atenção das autoridades do país e das ONG de desenvolvimento.

Considerando todo o grupo das mulheres solteiras de 12 e mais anos, um pouco mais de 59 % vive no meio urbano (tabela 4.33). As solteiras com pelo menos um filho estão proporcionalmente mais representadas no meio urbano (57 %) do que no rural (43 %), tendo em conta também que a população feminina também é superior à masculina no meio urbano (gráfico 4.25).

Meio de residência	Todas solteiras		Solteiras com pelo menos um filho vivo	
	Efectivo	%	Efectivo	%
S. Tomé e Príncipe	22796	100.0	8136	100.0
Urbano	13552	59.4	4673	57.4
Rural	9244	40.6	3463	42.6



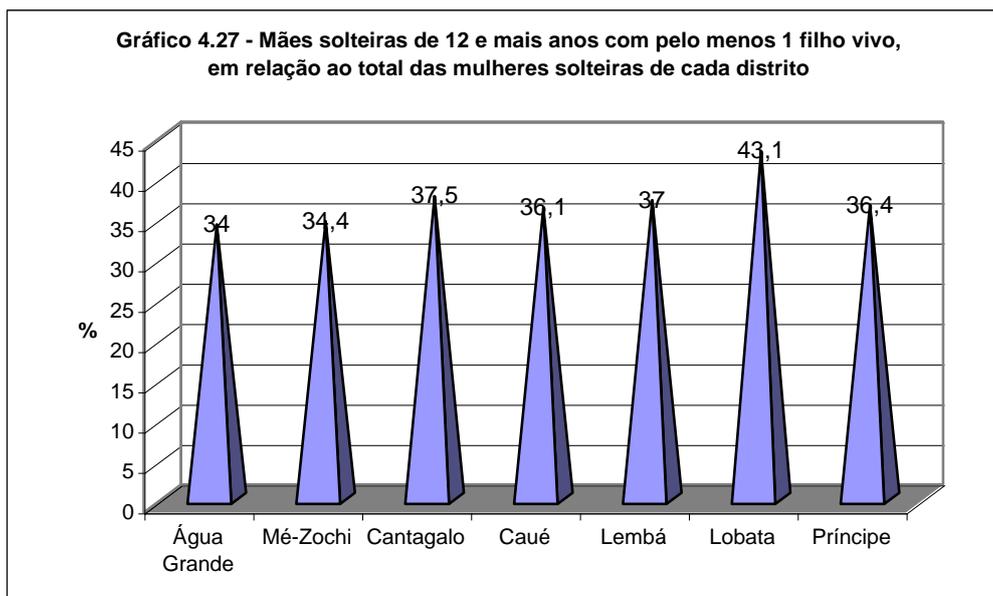
Em relação aos distritos, a proporção das mães solteiras é maior nos distritos de Água Grande e Mé-Zóchi o que está em relação directa com o efectivo total da população nesses distritos. Lobata por sua vez concentra mais de 10 %. As solteiras com filhos estão também em maiores proporções em Água grande e Mé-Zóchi, seguido de Lobata (Gráfico 4.26).



Relativamente ao peso das solteiras com pelo menos um filho vivo por distrito de residência, constata-se que é no distrito de Lobata, onde quase metade da solteiras (43 %) tem pelo menos um filho vivo (gráfico 4.27). Nos restantes distritos a percentagem das mães solteiras com pelo menos um filho vivo é igual ou superior a 34 %, ou seja nunca menos de um terço do total da população de cada distrito.

De realçar que Lobata, apesar da sua relativa proximidade a Água Grande, ainda tem algumas insuficiências no que se refere ao acesso à informação, sobretudo para os jovens. A título de exemplo, pode-se assinalar a existência centros de escuta e aconselhamento para adolescentes / jovens, bem como de Jovens Promotores¹³ em maior número e mais activos apenas nos distritos de Água Grande e Mé-Zóchi.

¹³ Jovens Promotores são jovens formados em sexualidade e saúde reprodutiva que realizam actividades de sensibilização e informação nas comunidades e não só, a outros jovens, sobre essas matérias.



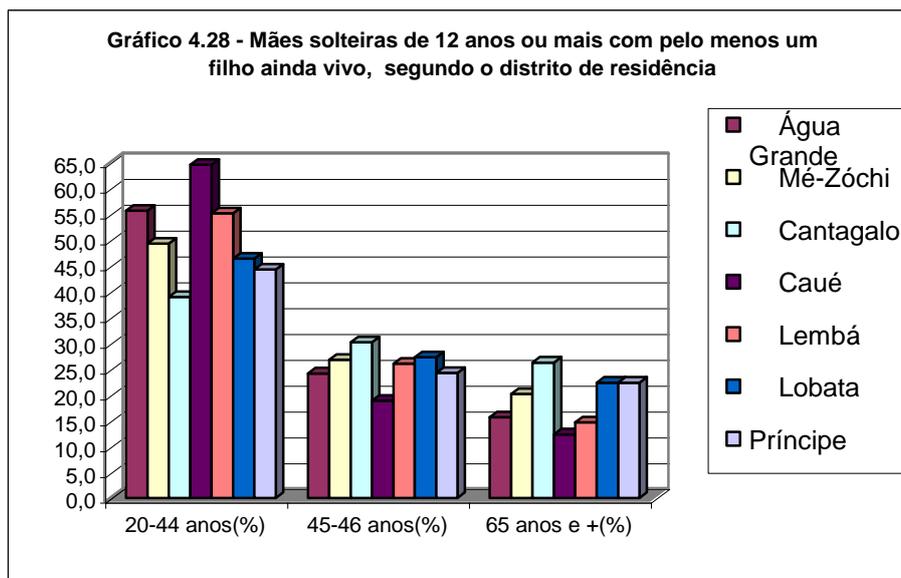
Relativamente aos grupos etários (tabela 4.31), a maior percentagem de mães solteiras concentra-se no grupo etário dos 20-44 anos com mais de 51 %, seguido do dos 45-64 anos com cerca de 26 % a nível nacional. Ainda para o grupo etário dos 20-44 anos, o distrito de Cantagalo é o que apresenta uma percentagem inferior à média nacional, enquanto Caué atinge valores superiores à média nacional em mais de 10%, ou seja, 65 % aproximadamente para esse grupo etário e as menores percentagens para o grupo dos 45-64 anos, ou seja, cerca de 19 %.

As adolescentes (12-19 anos) representam mais de 4 % a nível nacional e o peso das mesmas nos distritos é igual ou superior à média nacional, excepto no Príncipe cuja percentagem é o dobro dessa média (9%), o que significa que apesar de haver precocidade nas adolescentes a nível nacional a situação no Príncipe tende a ser pior.

Assim, dado ao isolamento geográfico daquela parcela do território, torna-se necessário reforçar os programas de lazer, informativos e formativos em prol dos adolescentes / jovens naquela Ilha. Sabe-se que a gravidez na adolescência constitui um dos maiores entraves à prossecução dos estudos e consequentemente um dos factores que influencia o ciclo da pobreza / dependência para a mulher. No grupo etário dos 45-64 anos, Mé-Zóchi atinge os 30 %, enquanto Caué apenas 18 %, o que poderá estar relacionado com as taxas de mortalidade nesses distritos, conforme se pode ver no gráfico 4.28.

Tabela 4.31- População das mulheres solteiras de 12 anos de idade ou mais com pelo menos um filho ainda vivo por grupo etário, segundo o distrito de residência

Distrito de residência	Total		12-19 anos	20-44 anos	45-64 anos	65 anos e +
	Total	%				
S.T.P.	8136	100.0	4.6	51.3	25.6	18.5
Água Grande	3413	100.0	4.7	55.6	24.1	15.6
Mé-Zóchi	1909	100.0	3.9	49.2	26.7	20.1
Cantagalo	715	100.0	4.9	38.9	30.1	26.2
Caué	276	100.0	4.3	64.5	18.8	12.3
Lembá	481	100.0	4.4	55.1	26.0	14.6
Lobata	1041	100.0	4.2	46.3	27.2	22.3
Príncipe	301	100.0	8.6	44.2	24.9	22.3



4.2 Laços de parentesco no agregado familiar

Relativamente a tipologia dos agregados familiares onde habitam as mulheres solteiras, que já foram mães e que ainda têm um filho vivo, constata-se que predominam os tipos **não familiar**, ou seja, constituídos por um chefe de agregado e eventualmente outras pessoas, que podem ou não ter laços de parentesco com o mesmo, com exceção do seu cônjuge e dos seus filhos, e **monoparental**, constituído pelo chefe do agregado, seus filhos e eventualmente outras pessoas, com exceção do cônjuge.

Assim, cerca de 68 % dos agregados são monoparentais e mais de 22 % são do tipo não familiar (Tabela 4.32). Mais de 75 % das mães solteiras são chefes de agregados nas famílias monoparentais, e apenas no meio urbano. No meio rural, elas não declararam ser chefes de agregados e predominam em agregados dos seus familiares (agregado familiar com parentesco) numa proporção de 70 %.

É de realçar que nem todos os inquiridos/as responderam a esta questão no momento censitário, visto haver uma diferença de 85 respostas, ou seja, o total para esta questão é de 8 051 em vez de 8 136.

Laço de parentesco com o chefe do agregado familiar	Total		Tipologia dos agregados familiares			
	Total	%	Não familiar	Conjugal	Monoparental	Parental
Total	8 051	100,0	21,5	0,7	67,5	10,3
Chefe do agregado familiar	3 158	100,0	24,6	-	75,4	-
Membro do AF com parentesco	3 880	100,0	22,6	0,9	64,6	11,8
Membro sem parentesco	1 013	100,0	7,5	0,7	53,5	36,8
Urbano	4 641	100,0	19,8	1,0	68,6	10,6
Chefe do agregado familiar	3 158	100,0	24,6	-	75,4	-
Membro do AF com parentesco	1 420	100,0	9,8	2,5	55,4	32,3
Membro sem parentesco	63	100,0	7,9	17,5	22,2	52,4
Rural	3 410	100,0	23,8	0,3	66,0	10,0
Chefe do agregado familiar	-	100,0	-	-	-	-
Membro do AF com parentesco	2 460	100,0	30,0	-	70,0	-
Membro sem parentesco	950	100,0	7,5	1,2	55,6	35,8

4.3 Nível de instrução e frequência escolar

A gravidez na adolescência é uma das causas do abandono escolar das raparigas. Apesar dos vários programas de informação, educação e comunicação (IEC) em matéria de sexualidade e saúde reprodutiva, a mudança de comportamento com relação a esta matéria tem sido muito lenta.

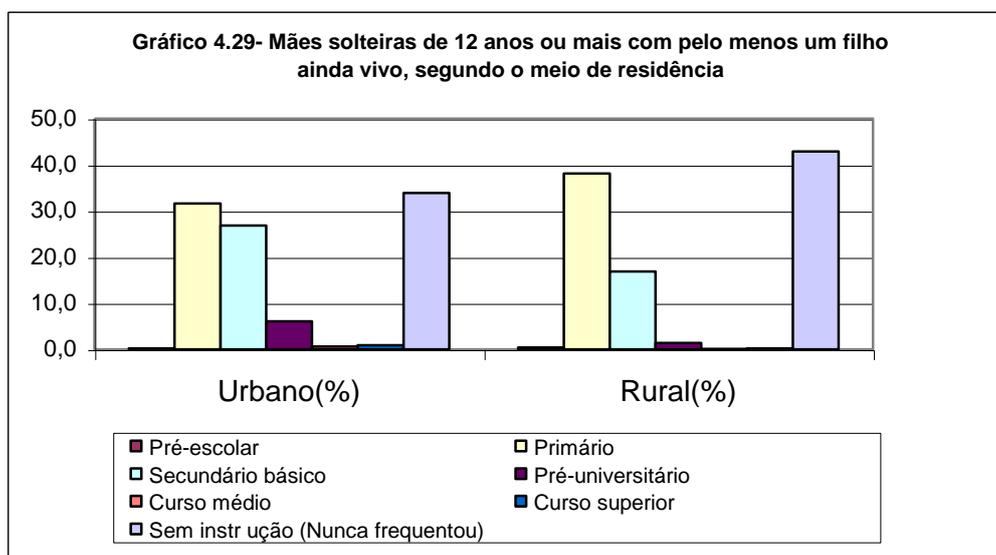
Uma breve análise à tabela 4.33 permite constatar que a maior proporção das mães solteiras (38 %) não tem qualquer nível de instrução, e isto, tanto no meio urbano (34 %) como no rural (43 %).

Para as que têm algum nível de instrução, mais de 34 % têm apenas o nível primário e cerca de 23 % o nível secundário (gráfico 4.29).

Comparando os meios de residência no meio urbano e rural, a tendência é a mesma que se verifica a nível nacional, mas a proporção de mães solteiras com nível primário é superior no meio rural, enquanto que as que têm nível secundário estão maioritariamente presentes no meio urbano. De recordar que as escolas secundárias estão apenas nas zonas urbanas, nomeadamente, nas cidades de S. Tomé e S. António e nas capitais dos distritos.

Tabela 4.33 – População das mulheres solteiras de 12 anos ou mais de idade com pelo menos um filho vivo por nível de instrução, segundo o meio de residência

Nível de instrução	Total		Urbano		Rural	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total S. Tomé e Príncipe	8 136	100,0	4 673	100,0	3 463	100,0
Pré-escolar	22	0,3	9	0,2	13	0,4
Primário	2 799	34,4	1 479	31,6	1 320	38,1
Secundário básico	1 839	22,6	1 253	26,8	586	16,9
Pré-universitário	332	4,1	283	6,1	49	1,4
Curso médio	28	0,3	26	0,6	2	0,1
Curso superior	47	0,6	40	0,9	7	0,2
Sem instrução (Nunca frequentou)	3 069	37,7	1 583	33,9	1 486	42,9



4.4 Condição perante a actividade económica

Analisando a condição económica das mães solteiras (tabela 4.34), constata-se que as que têm apenas 1 a 2 dois filhos constituem cerca de 36 % das activas empregadas, enquanto que as que possuem 7 filhos e mais representam apenas uma percentagem ligeiramente superior a 19 %.

As mulheres inactivas com 1 a 2 filhos são cerca de 41 % do total das inactivas. Este grupo deve ser constituído pelas adolescentes e jovens, mulheres mais jovens que iniciaram cedo a vida conjugal sem primeiro arranjam um meio de vida.

Condição Perante a Actividade Económica	Número de filhos ainda vivos					
	Total		1-2	3-4	5-6	7+
	Efectivo	%				
Total	8 136	100,0	37,9	23,4	19,1	19,6
Activas empregadas	3 660	100,0	35,5	25,7	19,4	19,3
Activas desempregadas	15	100,0	33,3	53,3	6,7	6,7
Activas domesticas	2 775	100,0	39,5	21,5	18,2	20,9
Inactivas	1 686	100,0	40,5	21,2	20,2	18,1

No que se refere à situação das mães solteiras na profissão, verifica-se que a grande maioria trabalha por conta própria e a seguir por conta de outrem (tabela 4.35). Assim, 72,6 % das que têm 7 e mais filhos trabalham por conta própria, provavelmente no sector informal, que é o sector que abarca maior número de mulheres, tendo em conta as características já citadas anteriormente. Não é sem razão que se vem dizendo que cada vez mais a pobreza tem face de mulher. As mães solteiras com menor número de filhos estão em percentagens significativas como trabalhadoras empregadas, talvez por possuírem mais escolaridade.

Situação na profissão	Número de filhos ainda vivos				
	Total	1-2	3-4	5-6	7+
Número de mães solteiras	8 136	3 084	1 902	1 557	1 593
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	-
Trabalhador por conta de outrem	1 461	39,9	52,3	33,1	24,7
Empregador	27	0,7	0,7	0,4	1,3
Trabalhador por conta própria	2 097	57,3	44,6	64,1	72,6
Trabalhador familiar sem remuneração	45	1,2	1,2	1,5	1,1
Outra situação	30	0,8	1,2	0,8	0,3

4.5 Principal meio de vida

Pela análise da tabela 4.36, conclui-se que as mães solteiras vivem essencialmente do seu trabalho (46,2 %), independentemente do número de filhos, e também do apoio familiar (36 %). Apenas uma pequena percentagem vive de rendimentos próprios (4%). Não é sem razão que várias bibliografias consideram as mães solteiras como um dos grupos mais vulneráveis de mulheres. Na ausência de políticas sociais destinadas às mesmas, é difícil escaparem-se da pobreza e de transmiti-la aos membros da sua família, particularmente às suas filhas.

Tabela 4.36 – Distribuição das mães solteiras de 12 anos ou mais de idade por principal meio de vida

Principal meio de vida	Número de filhos ainda vivos				
	Total	1-2	3-4	5-6	7+
Número de mães solteiras	8 136	3 084	1 902	1 557	1 593
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Trabalho	3 759	43,5	50,7	46,6	45,7
Pensão	262	1,7	2,6	4,7	5,5
Apoio social	192	1,5	2,3	3,0	3,5
Rendimento	318	2,6	4,2	4,9	5,1
Familiar	2 932	43,4	31,9	32,0	30,8
Outros	673	7,4	8,3	8,8	9,4

CONCLUSÕES

Apesar dos progressos já alcançados em vários domínios, a desigualdade entre os sexos ainda persiste em muitos aspectos da vida sócio-económica santomense.

Do ponto de vista demográfico, as mulheres constituem a maioria relativa, principalmente nos distritos mais populosos e mais urbanos (Água Grande e Mé-Zóchi). O êxodo rural é muito significativo, a população urbana cresceu 3,5 % de 1991 a 2001, enquanto a rural decresceu 0,4 %.

No que se refere ao estado civil, a população solteira representa cerca de 53% do total, havendo proporcionalmente menos mulheres solteiras entre todas as mulheres (49,3%) do que homens solteiros no total dos homens (56,2%). A união de facto, à semelhança de 1991, continua a ser o tipo de relação predominante e do total da população nessa situação as mulheres representam cerca de 54%.

De realçar que já no grupo etário dos 12-14 anos, apesar de ser numa percentagem muito pequena, existem tanto mulheres como homens em união de facto (0,4% para ambos sexos). As adolescentes não solteiras estão mais concentradas nos distritos de Água Grande (31%) e Mé-Zóchi (25%) e menos em Caué (cerca de 4%). No grupo etário dos 15-19 anos, a proporção de mulheres em união de facto é cerca de 8 vezes superior a dos homens na mesma situação, o que confirma a maior precocidade das mulheres para os casamentos e uniões do que os homens.

Não obstante os investimentos feitos no domínio da educação, o analfabetismo ainda persiste e cerca de 25 % de todas as mulheres do País são analfabetas, sobretudo as mulheres com mais de 30 anos de idade. Relativamente à situação nos distritos, as mulheres constituem cerca de dois terços da população que não sabe ler nem escrever (mais de 64%) excepto nos distritos de Caué, Lembá e Região do Príncipe, nos quais as diferenças entre os dois sexos, apesar de significativas, não são muito grandes (mais de 56%). As taxas de alfabetização são ligeiramente mais altas no meio urbano tanto para as mulheres (79%) como para os homens (93%) do que no meio rural onde são de 71% e 88% respectivamente para mulheres e homens.

Do ponto de vista económico, a proporção de mulheres activas é inferior à dos homens activos, ou seja 41,4 % para 65,4 %, mas as mulheres estão mais presentes no meio urbano (42,5%) do que no rural (40%). Presentes em todos os ramos da actividade económica, as mulheres estão mais presentes nos sectores ligados ao comércio, educação e saúde. São nitidamente maioritárias no sector comercial onde representam 70%. Sabe-se que o comércio informal tem constituído uma das alternativas mais procuradas pelas mulheres como forma de ganharem o sustento e poderem satisfazer as necessidades básicas da sua família.

As mulheres chefes de agregado familiar constituem mais de 32 % do total dos chefes de família santomenses e estão maioritariamente no meio urbano, principalmente nos distritos de Água grande e Mé-Zóchi. Estes agregados são maioritariamente monoparentais e albergam cerca de 80% da população residente do total dos agregados chefiados por mulher. Mais de 50% das mulheres chefes de agregado familiar declararam-se solteiras, enquanto a maioria dos homens chefes de agregado estão em

união de facto. Apenas um pouco mais de 56 % das mulheres chefes de agregado são activas empregadas e mais de 39% não tem nenhum nível de instrução.

No que concerne a faixa etária, as mulheres chefe de família estão em maior proporção no grupo etário dos 30-49 anos com 42,3%, enquanto os homens chefe de família estão concentrados no grupo dos 20-49 anos, numa proporção de aproximadamente 71%. De realçar que no grupo etário dos 12-19 anos, 24,4% dos chefes de agregados são mulheres, o que revela uma situação preocupante, por ainda serem adolescentes.

As condições de vida dos agregados chefiados por mulheres não são as melhores: apenas 7% possui água canalizada, 77% não possui instalações sanitárias, 79% não tem qualquer sistema de esgotos para evacuação das águas residuais e cerca de 53% não tem electricidade no alojamento.

As mulheres solteiras com filhos mereceram um tratamento de destaque neste recenseamento, o que permitiu fazer uma melhor caracterização das mesmas e conhecer as condições em que vivem. As mulheres solteiras com pelo menos um filho ainda vivo representavam em 2001, 36% do total das solteiras do país, estando mais representadas no meio rural (38%) do que no urbano (35%). Mais de 75 % das mães solteiras são chefes de agregados nas famílias monoparentais e apenas no meio urbano.

Com relação à idade das mesmas, as adolescentes de idade compreendida entre os 12-19 anos representam mais de 4% das mães solteiras a nível nacional, atingindo na Região do Príncipe 9%. No entanto, a maior percentagem das mães solteiras concentra-se no grupo etário dos 20-44 anos, com mais de 51%.

O nível de instrução das mães solteiras também não é muito elevado: 34 % têm apenas o nível primário e cerca de 23 % o nível secundário. Assim, mais de 42 % vivem essencialmente do seu trabalho e também do apoio familiar (36%), tendo em conta que muitas mães solteiras nunca chegam a sair da casa dos seus pais ou parentes.

Em resumo, pode-se dizer que os dados do recenseamento permitiram fazer uma fotografia da situação da mulher em S. Tomé e Príncipe. Assim estão disponíveis informações pertinentes que poderão servir para acções de planificação nacional e de orientação para a elaboração de políticas específicas visando determinados grupos-alvo, como mães solteiras e mulheres chefes de família, entre outros.

BIBLIOGRAFIA

1. BIT, *Chaque femme est une travailleuse*, Dossier d'information, 1995, 11 pags.
2. BIT, « Féminisation de la pauvreté », *Chaque femme est une travailleuse*, Genève le 25 août 1995, 4 pags.
3. Canço D., *As Mulheres no Censo de 91*, Cadernos Condição Feminina, Comissão para a igualdade e para os direitos das mulheres, Portugal 1996, 68 pags.
4. Diário da República nº 55, *Lei n.º 2/77 (Lei da Família)*, 28 de Dezembro de 1977
5. DIXON R., ANKER R., *Évaluation de la contribution des femmes au développement économique*, Bureau International du Travail, Geneve, 1989, 87 pags.
6. Farooq G. OFOSU Y., *Population, main-d'oeuvre et emploi : concepts, tendances et politiques*, BIT, Genève, 1992, 128 pags.
7. Forum da Mulher Santomense, Plataforma de Acção, Comissão Nacional de Implementação, Fevereiro 1996, 68 pags.
8. FNUAP, *A situação da População Mundial 2002*, NEW YORK : Fundo das Nações Unidas para a População, 80 pags
9. Instituto Nacional de Estatística – *Síntese dos Resultados Definitivos do III Recenseamento Geral da População e da Habitação 2001*, Outubro de 2002, S. Tomé, 52 pags
10. International Programs Center, Population Division, *Analyse et Diffusion des Statistiques sur le Genre*, Manuel version préliminaire, Saly / Mbour Sénégal, 13 au 26 avril 2003
11. LOCOH Th., *Familles Africaines, Population et Qualité de la Vie*, Les Dossiers du CEPED nº 26, Paris, 1995, 48 pags.
12. LOCOH Th., N'Guessan K., *Genre, Population et Développement en Afrique de L'ouest*, FNUAP, ENSEA, Abidjan 1999, 165 pags.
13. Ministério das Finanças e Planeamento, Direcção de Estatística, *Análise dos Resultados do II Recenseamento Geral da População e Habitação 1991, Volume III- Características Demográficas e sócio-económicas da População Feminina de S. Tomé e Príncipe*, S. Tomé, Março de 1996, 64 pags
14. Ministério do Planeamento e Finanças, Direcção de Planificação Económica, *Diagnóstico da Situação da População e Género em S. Tomé e Príncipe*, Volume III, S. Tomé, Fevereiro 2001, 95 pags.
15. Nations Unies, Commission Economique pour l' Afrique, *Le Gender en Afrique, Les questions faits*, Addis – Abeba, 57 pags
16. República Democrática de S. Tomé e Príncipe – *Constituição Política*, Aprovada pela Lei nº 7/90 de 10 de Setembro de 1990, 38 pags.
17. VANDESCHIRICK Ch., *Methodes d'Analyse Démographique*, CIDEP, Louvain – la – Neuve, 1994 – 1995, 203 pags.

ANEXOS

Anexo A: Capítulo 1

Anexo B: Capítulo 2

Anexo C: Capítulo 3

Anexo D: Capítulo 4

Anexo A: Capítulo 1

Distrito	Total		Masculino		Feminino	
	Total	%	Total	%	Total	%
Total	137 599	100,0	68 236	49,59	69 363	50,41
Água Grande	51 886	100,0	24 963	48,11	26 923	51,89
Mé-Zóchi	35 105	100,0	17 359	49,45	17 746	50,55
Cantagalo	13 258	100,0	6 683	50,41	6 575	49,59
Caué	5 501	100,0	2 868	52,14	2 633	47,86
Lembá	10 696	100,0	5 519	51,60	5 177	48,40
Lobata	15 187	100,0	7 757	51,08	7 430	48,92
Príncipe	5 966	100,0	3 087	51,74	2 879	48,26

Meio de residência/ Distrito	RGPH 1991			RGPH 2001			Taxa de crescimento médio anual (1991-2001) em %		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	117 504	58 040	59 464	137 599	68 236	69 363	1,6	1,6	1,6
Total Urbano	52 775	25 422	27 353	75 013	36 455	38 558	3,6	3,7	3,5
Total Rural	64 729	32 618	32 111	62 586	31 781	30 805	-0,3	-0,3	-0,4
Água Grande	42 331	20 265	22 066	51 886	24 963	26 923	2,1	2,1	2,0
Mé-Zóchi	29 758	14 711	15 047	35 105	17 359	17 746	1,7	1,7	1,7
Cantagalo	11 433	5 748	5 685	13 258	6 683	6 575	1,5	1,5	1,5
Caué	5 322	2 758	2 564	5 501	2 868	2 633	0,3	0,4	0,3
Lembá	9 016	4 603	4 413	10 696	5 519	5 177	1,7	1,8	1,6
Lobata	14 173	7 159	7 014	15 187	7 757	7 430	0,7	0,8	0,6
Príncipe	5 471	2 796	2 675	5 966	3 087	2 879	0,9	1,0	0,7

Estado civil	Total		Masculino		Feminino	
	Total	%	Total	%	Total	%
Total	90 470	100,0	44 266	48,9	46 202	51,1
Solteiro(a)	47 683	100,0	24 887	52,2	22 796	47,8
Casado(a)	4 352	100,0	2 130	48,9	2 222	51,1
União de facto	35 804	100,0	16 616	46,4	19 188	53,6
Divorciado(a)	98	100,0	33	33,7	65	66,3
Separado(a)	1 697	100,0	430	25,3	1 267	74,7
Viúvo(a)	836	100,0	172	20,6	664	79,4

Tabela A.4 - População residente segundo o estado civil e sexo, por grupos etários

Grupos etários	Solteiro(a)		Casado(a)		União de Facto		Separado(a)		Divorciado(a)		Viúvo	
	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem
12-14	8501	9866	-	-	35	38	-	-	-	-	-	-
15-19	8656	6963	3	23	202	1665	6	48	-	-	2	-
20-29	6703	4198	302	551	4940	7094	72	246	2	1	3	11
30-39	1361	1701	502	524	4921	5073	76	227	3	6	3	21
40-49	737	1329	483	493	3111	2977	296	210	10	24	7	45
50-59	552	998	327	301	1588	1304	67	213	8	11	20	93
60 +	1442	2371	573	330	1819	1037	140	323	10	23	137	494

Tabela A.5 - Adolescentes não solteiras por faixa etária segundo o distrito de residência

Distrito	Total		12-14 anos		15-19 anos	
	Total	%	Total	%	Total	%
Total	1 774	100,0	38	100,0	1 736	100,0
Água Grande	552	31,1	9	23,7	543	31,1
Mé-Zóchi	448	25,3	14	36,8	434	25,0
Cantagalo	210	11,8	5	13,2	205	11,8
Caué	62	3,5	2	5,3	60	3,5
Lembá	183	10,3	1	2,6	182	10,5
Lobata	204	11,5	6	15,8	198	11,4
Príncipe	115	6,5	1	2,6	114	6,6

Tabela A.6 - População feminina adolescente (12-19 anos) por distrito

Distrito	Total de Adolescentes		Adolescentes com Filho	Adolescentes Estudantes	Adolescentes Estudantes com Filhos
	Efectivo	%	%	%	%
Total	8 816	100,0	100,0	100,0	100,0
Água Grande	4 162	47,2	34,3	49,8	54,7
Mé-Zóchi	2 176	24,7	23,0	25,0	23,3
Cantagalo	626	7,1	11,8	6,2	1,2
Caué	239	2,7	3,3	2,6	4,7
Lembá	418	4,7	10,2	3,6	4,7
Lobata	809	9,2	11,3	8,8	7,0
Príncipe	386	4,4	6,1	4,0	4,7

Tabela A.7 - Mulheres com 40 ou mais anos que tiveram um nascimento nos 12 últimos meses por distrito de residência

Distrito	Total		40-44 anos		45-49 anos	
	Efectivo	%		%		%
Total	226	100,0	184	100,0	42	100,0
Água Grande	59	26,1	52	28,3	7	16,7
Mé-Zóchi	75	33,2	60	32,6	15	35,7
Cantagalo	28	12,4	24	13,0	4	9,5
Caué	11	4,9	7	3,8	4	9,5
Lembá	13	5,8	9	4,9	4	9,5
Lobata	33	14,6	26	14,1	7	16,7
Príncipe	7	3,1	6	3,3	1	2,4

Tabela A.8 - Mulheres com 50 ou mais anos sem filhos vivos por distrito de residência

Distrito	Mulheres com 50 anos ou mais
	%
Total	100,0
Água Grande	41,6
Mé-Zóchi	26,8
Cantagalo	10,6
Caué	4,9
Lembá	3,1
Lobata	8,7
Príncipe	4,2

Anexo B: Capítulo 2

Tabela B.9 - Taxa de alfabetização (em %) por grupo etário e sexo, segundo o meio de residência

Idade	Meio de residência								
	Total			Urbano			Rural		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
15-19	93,7	93,9	93,5	95,0	95,1	94,8	92,1	92,5	91,6
20-24	94,4	95,6	93,2	95,2	96,2	94,3	93,2	94,7	91,6
25-29	94,5	96,2	92,7	95,5	97,0	94,1	93,2	95,3	90,9
30-34	93,1	96,8	89,6	94,0	97,4	91,0	92,0	96,2	87,7
35-39	88,2	96,1	81,4	90,0	97,0	84,3	86,0	95,1	77,3
40-44	79,4	94,1	66,8	83,1	95,3	72,6	74,3	92,4	59,0
45-49	70,1	89,9	52,5	74,2	92,1	58,9	64,8	87,1	43,7
50-54	62,6	86,7	41,4	68,1	90,6	48,7	55,7	81,9	31,9
55+	46,1	68,9	25,9	50,6	75,1	31,4	41,4	63,3	19,5
Total	83,1	90,9	75,7	85,7	93,0	79,1	79,8	88,3	71,0

Tabela B.10 – População residente de 5 anos e mais alfabetizada e analfabeta, por distrito

Distritos	Total			Sabem ler e escrever			Não sabem ler e escrever		
	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M
S.T.P.	116 932	57825	59 107	80,1	52,5	47,5	19,9	37,1	62,9
Á. Grande	44 720	21 732	23 348	85,0	50,0	50,0	15,0	35,2	64,8
Mé-Zóchi	29 898	14 735	15 163	79,9	52,8	47,2	20,1	35,3	64,7
Cantagalo	11 077	5 590	5 487	75,0	55,4	44,6	25,0	35,6	64,4
Caué	4 536	2 354	2 182	65,8	56,2	43,8	34,2	43,7	56,3
Lembá	8 845	4 591	4 254	71,8	56,3	43,7	28,2	40,8	59,2
Lobata	12 809	6 561	6 248	78,9	54,8	45,2	21,1	38,0	62,0
Príncipe	5 047	2 622	2425	72,3	54,2	45,8	27,7	43,3	56,7

Tabela B.11 – Distribuição das mulheres analfabetas por distrito segundo faixa etária

Distritos	Total		15-29		30-39		40-49		50+	
	Total	%								
S.T.P.	9168	100.0	1101	100.0	949	100.0	1858	100.0	5260	100.0
Água Grande	2652	28.9	304	27.6	226	23.8	498	26.8	1624	30.9
Mé-Zóchi	2383	26.0	219	19.9	184	19.4	485	26.1	1495	28.4
Cantagalo	1200	13.1	149	13.5	147	15.5	257	13.8	647	12.3
Caué	569	6.2	129	11.7	89	9.4	134	7.2	217	4.1
Lembá	940	10.3	127	11.5	163	17.2	204	11.0	446	8.5
Lobata	1073	11.7	124	11.3	113	11.9	206	11.1	630	12.0
Príncipe	351	3.8	49	4.5	27	2.8	74	4.0	201	3.8

Tabela B.12 - Efectivo e percentagem de mulheres analfabetas por faixa etária segundo distrito

Distritos	Total		15-29		30-39		40-49		50+	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Total S.T.P.	9168	100,0	1101	12,0	949	10,4	1858	20,3	5260	57,4
Água Grande	2652	100,0	304	11,5	226	8,5	498	18,8	1624	61,2
Mé-Zóchi	2383	100,0	219	9,2	184	7,7	485	20,4	1495	62,7
Cantagalo	1200	100,0	149	12,4	147	12,3	257	21,4	647	53,9
Caué	569	100,0	129	22,7	89	15,6	134	23,6	217	38,1
Lembá	940	100,0	127	13,5	163	17,3	204	21,7	446	47,4
Lobata	1073	100,0	124	11,6	113	10,5	206	19,2	630	58,7
Príncipe	351	100,0	49	14,0	27	7,7	74	21,1	201	57,3

Tabela B.13a- Distribuição percentual da população residente com 10 anos e mais por sexo e meio de residência segundo a condição perante o trabalho

Condição perante o trabalho/emprego	Meio de residência								
	Total			Urbano			Rural		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Activos	52 194	20 658	31 536	28 777	12 079	16 698	23 417	8 579	14 838
Trabalha	43982	15 508	28 474	24 002	8 988	15 014	19 980	6 520	13 460
Proc. novo emprego	183	117	66	112	69	43	71	48	23
Proc. 1º emprego	8 029	5 033	2 996	4 663	3 022	1 641	3 366	2 011	1 355
Inactivos	45 971	29 269	16 702	25 582	16 333	9 249	20 389	12 936	7 453
Reformados	2 069	906	1 163	904	364	540	1 165	542	623
Estudantes	20 206	9 905	10 301	12 423	6 280	6 143	7 783	3 625	4 158
Domésticos	15 349	14 699	650	7 987	7 713	274	7 362	6 986	376
Outros	8 347	3 759	4 588	4 268	1 976	2 292	4 079	1 783	2 296
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Efectivos	98 165	49 927	48 238	54 359	28 412	25 947	43 806	21 515	22 291

Tabela B.13b - Distribuição percentual da população residente com 10 anos e mais por sexo e meio de residência segundo a condição perante o trabalho

Condição perante o trabalho/emprego	Meio de residência								
	Total			Urbano			Rural		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Activos	53,2	41,4	65,4	52,9	42,5	64,4	53,5	39,9	66,6
Trabalha	44,8	31,1	59,0	44,2	31,6	57,9	45,6	30,3	60,4
Proc. novo emprego	0,2	0,2	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1
Proc. 1º emprego	8,2	10,1	6,2	8,6	10,6	6,3	7,7	9,3	6,1
Inactivos	46,8	58,6	34,6	47,1	57,5	35,6	46,5	60,1	33,4
Reformados	2,1	1,8	2,4	1,7	1,3	2,1	2,7	2,5	2,8
Estudantes	20,6	19,8	21,4	22,9	22,1	23,7	17,8	16,8	18,7
Domésticos	15,6	29,4	1,3	14,7	27,1	1,1	16,8	32,5	1,7
Outros	8,5	7,5	9,5	7,9	7,0	8,8	9,3	8,3	10,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Efectivos	98 165	49 927	48 238	54 359	28 412	25 947	43 806	21 515	22 291

Tabela B.14 - População empregada com 10 anos ou mais segundo ramo de actividade económica por sexo (2001)

Ramo de actividade	Total		Homens		Mulheres	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total S. Tomé e Príncipe	42 756	100,0	28 371	66,4	14 385	33,6
Agricultura e Pesca	13 487	100,0	10 540	78,2	2 947	21,8
Indústria e Energia	2 882	100,0	2 400	83,3	482	16,7
Construção	4 394	100,0	4 298	97,8	96	2,2
Comércio	8 737	100,0	2 666	30,5	6 071	69,5
Transporte e Comunicação	790	100,0	743	94,1	47	5,9
Administração pública	3 293	100,0	2 182	66,3	1 111	33,7
Saúde	772	100,0	343	44,4	429	55,6
Educação	1 371	100,0	564	41,1	807	58,9
Outros serviços	7 030	100,0	4 635	65,9	2 395	34,1

Tabela B.15 - População empregada com 10 anos ou mais segundo o sexo, por ramo de actividade económica (1991)

Ramo de actividade	Total		Homens		Mulheres	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total S. Tomé e Príncipe	34 068	100,0	22 758	100,0	11 310	100,0
Agric. Silv.e Pecuária	11 743	34,5	7 829	34,4	3 914	34,6
Pesca	1 848	5,4	1 808	8,0	41	0,4
Indústria	1 510	4,4	1 309	5,8	201	1,8
Elect., gás e água	269	0,8	257	1,1	12	0,1
Construção civil e ob.	2 866	8,4	2 793	12,3	73	0,6
Comércio grosso e retalho	4 056	11,9	1 008	4,4	3 048	27,0
Rest., bares e hotéis	395	1,7	142	0,6	253	2,2
Bancos, seg. e in.	176	0,5	100	0,4	76	0,7
Transp., arm. e Comunicação	2 186	6,4	2 055	9,0	131	1,2
Educação	1 650	4,8	758	3,3	892	7,9
Saúde	1 133	3,3	547	2,4	586	5,2
Administração pública	2 809	8,3	1 987	8,7	822	7,3
Outros serviços	2 369	7,0	1 505	6,6	864	7,6
Outras actividades	451	1,3	255	1,1	196	1,7
Sem declaração	606	1,8	405	1,8	201	1,8

Tabela B.16a - População empregada com 10 anos ou mais por situação na profissão segundo o sexo

Situação na Profissão	Total		Homens		Mulheres	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total S. Tomé e Príncipe	42 756	100,0	28 371	66,4	14 385	33,6
Trabalhador por conta de outrem	21 087	100,0	14 937	70,8	6 150	29,2
Empregador	333	100,0	261	78,4	72	21,6
Trabalhador por conta própria	19 982	100,0	12 453	62,3	7 529	37,7
Trabalhador familiar sem remuneração	939	100,0	449	47,8	490	52,2
Outra situação	415	100,0	271	65,3	144	34,7

Tabela B.16b - População empregada com 10 anos ou mais segundo o sexo, por situação na profissão

Situação na Profissão	Total		Homens		Mulheres	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total S. Tomé e Príncipe	42 756	100,0	28 371	100,0	14 385	100,0
Trabalhador por conta de outrem	21 087	49,3	14 937	52,6	6 150	42,8
Empregador	333	0,8	261	0,9	72	0,5
Trabalhador por conta própria	19 982	46,7	12 453	43,9	7 529	52,3
Trabalhador familiar sem remuneração	939	2,2	449	1,6	490	3,4
Outra situação	415	1,0	271	1,0	144	1,0

Tabela B.17 - Mulheres activas a procura do primeiro emprego por nível de instrução, segundo a faixa etária

Nível de instrução	Total		10-14		15-19		20-44		45-64		65+	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Total S. Tomé e Príncipe	5 288	100,0	427		1 221		3 166		412		62	
Pré-escolar	26	100,0	7		2		16		1		-	-
Primário	2 218	100,0	273		541		1 236		153		15	
Secundário básico	2 086	100,0	96		538		1 419		32		1	
Pré-universitário	339	100,0	-		88		247		4		-	-
Curso médio	16	100,0	-		-		14		2		-	-
Curso superior	14	100,0	-		-		12		2		-	-
Sem instrução (Nunca frequentou)	589	100,0	11,9		52		222		218		46	

Tabela B.18 - Efectivo e proporção da população com 15 anos ou mais segundo o meio de residência e o sexo, por situação perante a inactividade económica

Situação perante a inactividade	Total				Urbano				Rural			
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Total	7 349	100,0	20 053	100,0	4 296	100,0	10 115	100,0	3 053	100,0	8 824	100,0
Reformado(a)	1 159	15,8	905	4,5	538	12,5	364	3,4	621	20,3	541	6,1
Estudante	3 347	45,5	3 350	16,7	2 293	53,4	2 451	24,2	1 054	34,5	899	10,2
Doméstico(a)	423	5,8	13 727	68,5	183	4,3	7 300	72,2	240	7,9	6 427	72,8
Outros	2 420	32,9	2 071	10,3	1 282	29,8	1 114	11,0	1 138	37,3	957	10,8

Tabela B.19 - Domésticos inactivos por sexo, segundo o nível de instrução

Nível de instrução	Total		Masculino		Feminino	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total S. Tomé e Príncipe	15 112	100,0	631	4,2	14 481	95,8
Pré-escolar	46	100,0	2	4,3	44	95,7
Primário	6 960	100,0	346	5,0	6 614	95,0
Secundário básico	3 680	100,0	142	3,9	3 538	96,1
Pré-universitário	340	100,0	21	6,2	319	93,8
Curso médio	16	100,0	3	18,8	13	81,3
Curso superior	22	100,0	-	-	22	100,0
Sem instrução (Nunca frequentou)	4 048	100,0	117	2,9	3 931	97,1

Anexo C: Capítulo 3

Tabela C.20 - Agregados familiares por sexo do chefe, segundo o meio de residência

Meio de residência	Sexo do chefe do agregado familiar					
	Total		Masculino		Feminino	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total S.T.P.	33 772	100,0	22 932	67,9	10 840	32,1
Urbano	18 128	100,0	11 888	65,6	6 240	34,4
Rural	15 644	100,0	11 044	70,6	4 600	29,4

Tabela C.21 - Agregados familiares por sexo do chefe, segundo o distrito de residência

Região/Distrito	Sexo do chefe do agregado familiar					
	Total		Masculino		Feminino	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total S.T.P.	33 772	100,0	22 932	67,9	10 840	32,1
Água Grande	12 598	100,0	8 057	64,0	4 541	36,0
Mé-Zóchi	8 388	100,0	5 525	65,9	2 863	34,1
Cantagalo	3 402	100,0	2 429	71,4	973	28,6
Caué	1 285	100,0	1 043	81,2	242	18,8
Lembá	2 652	100,0	1 995	75,2	657	24,8
Lobata	3 851	100,0	2 647	68,7	1 204	31,3
Príncipe	1 596	100,0	1 236	77,4	360	22,6

Tabela C.22 - Chefes de agregado familiar segundo o sexo, por estado civil

Estado civil	Total		Masculino		Feminino	
	Total	%	Total	%	Total	%
Total S.T.P.	33 772	100,0	22 932	67,9	10 840	32,1
Solteiro(a)	11 280	100,0	5 109	45,3	6 171	54,7
Casado(a)	2 315	100,0	2 009	86,8	306	13,2
União de facto	18 118	100,0	15 308	84,5	2 810	15,5
Divorciado(a)	83	100,0	28	33,7	55	66,3
Separado(a)	1 278	100,0	326	25,5	952	74,5
Viúvo(a)	698	100,0	152	21,8	546	78,2

Tabela C.23 - Chefes de agregado familiar segundo o estado civil por sexo

Estado civil	Total		Masculino		Feminino	
	Total	%	Total	%	Total	%
Total S.T.P.	33 772	100,0	22 932	100,0	10 840	100,0
Solteiro(a)	11 280	33,4	5 109	22,3	6 171	56,9
Casado(a)	2 315	6,9	2 009	8,8	306	2,8
União de facto	18 118	53,6	15 308	66,8	2 810	25,9
Divorciado(a)	83	0,2	28	0,1	55	0,5
Separado(a)	1 278	3,8	326	1,4	952	8,8
Viúvo(a)	698	2,1	152	0,7	546	5,0

Tabela C.24 - Chefes de agregado familiar por sexo, segundo o grupo etário

Grupo etário	Total		Masculino		Feminino	
	Total	%	Total	%	Total	%
Total S.T.P.	33772	100.0	22932	67.9	10840	32.1
12-19 anos	630	100.0	476	75.6	154	24.4
20-29 anos	8030	100.0	6299	78.4	1731	21.6
30-39 anos	8370	100.0	5946	71.0	2424	29.0
40-49 anos	6175	100.0	4023	65.1	2152	34.9
50-59 anos	3930	100.0	2420	61.6	1510	38.4
60-69 anos	3796	100.0	2234	58.9	1562	41.1
70-79 anos	2154	100.0	1201	55.8	953	44.2
80-89 anos	613	100.0	308	50.2	305	49.8
90 anos e mais	74	100.0	25	33.8	49	66.2

Tabela C.25 – Distribuição dos chefes de agregado familiar por condição perante ao trabalho, segundo o sexo

Sexo	Condição perante ao trabalho							
	Total		Chefes activos		Chefes inactivos			
	Efectivo	%	Empregados	Desempregados	Reformados	Estudantes	Domésticos	Outros
Total S.T.P.	33772	100.0	77.5	4.5	4.9	0.4	8,2	4.6
Feminino	10840	100.0	55.9	7.4	5.5	0.4	24,4	6.4
Masculino	22932	100.0	87.7	3.1	4.6	0.3	0,5	3.8

Anexo D: Capítulo 4

Tabela D.26 – População das mulheres solteiras de 12 anos ou mais por meio de residência com pelo menos um filho ainda vivo

Meio de residência	Todas solteiras		Solteiras com pelo menos um filho vivo	
	Efectivo	%	Efectivo	%
S. Tomé e Príncipe	22796	100.0	8136	35,7
Urbano	13552	100,0	4673	34,5
Rural	9244	100,0	3463	37,5

Tabela D.27 – População das mulheres solteiras de 12 anos ou mais com pelo menos um filho ainda vivo, por distrito de residência

Distrito de residência	Todas solteiras		Solteiras com pelo menos um filho vivo	
	Total	%	Total	%
S. Tomé e Príncipe	22796	100.0	8136	100.0
Água Grande	10030	44.0	3413	41.9
Mé-Zóchi	5552	24.4	1909	23.5
Cantagalo	1906	8.4	715	8.8
Caué	765	3.4	276	3.4
Lembá	1301	5.7	481	5.9
Lobata	2414	10.6	1041	12.8
Príncipe	828	3.6	301	3.7

Tabela D.28– População das mulheres solteiras de 12 anos ou mais por distrito de residência, com pelo menos um filho ainda vivo

Distrito de residência	Todas solteiras		Solteiras com pelo menos um filho vivo	
	Total	%	Total	%
S. Tomé e Príncipe	22796	100.0	8136	35,6
Água Grande	10030	100.0	3413	34,0
Mé-Zóchi	5552	100.0	1909	34,4
Cantagalo	1906	100.0	715	37,5
Caué	765	100.0	276	36,1
Lembá	1301	100.0	481	37,0
Lobata	2414	100.0	1041	43,1
Príncipe	828	100.0	301	36,4

Tabela D.29 – População das mulheres solteiras de 12 anos de idade ou mais com pelo menos um filho vivo por grupo etário, segundo o distrito de residência					
Distrito de residência	Total	12-19 anos	20-44 anos	45-64 anos	65 anos e +
S. Tomé e Príncipe	8136	374	4174	2082	1506
Água Grande	3413	161	1898	822	532
Mé-Zóchi	1909	75	940	510	384
Cantagalo	715	35	278	215	187
Caué	276	12	178	52	34
Lembá	481	21	265	125	70
Lobata	1041	44	482	283	232
Pagué	301	26	133	75	67